



Revista Possibilidades

Publicação do NPM – Núcleo de Pesquisa Marxista

Ano 02, nº 06, Out./Dez. de 2005.

<http://www.npm.ubbihp.com.br/>

**Karl Korsch
Karl Korsch
Karl Korsch
Karl Korsch
Karl Korsch
Karl Korsch
Karl Korsch**



**Karl Korsch
Karl Korsch
Karl Korsch
Karl Korsch
Karl Korsch
Karl Korsch
Karl Korsch**

ÍNDICE

Apresentação.....	04
Nildo Viana	

ARTIGOS E ENSAIOS

SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA:

Sobre o Processo Eleitoral.....	05
Edmilson Ferreira Marques	

Ética e Política: Do lugar- Comum ao Lugar-Nenhum.....	16
Suzana Albornoz	

MOVIMENTOS SOCIAIS:

Movimentos Sociais sob a Perspectiva da Ciência Política.....	19
Flávio Diniz e Marjorie Avelar	

CULTURA:

A Concepção de Indústria Cultural em Adorno e Horkheimer.....	26
Erisvaldo Pereira de Souza	

POLÍTICA:

A Fonte do Poder.....	32
Nildo Viana	

ESPECIAL:

Karl Korsch: Desafio ao Marxismo.....	38
Dave Renton	

Notas Sobre Antonio Labriola e sua Importância para a Teoria e Prática do Marxismo.....	42
Karl Korsch	

PrOESIA: PROSA E POESIA

Exemplo.....	44
Diego Mendonça	

EXPEDIENTE:

A Revista Possibilidades é uma publicação trimestral do NPM – Núcleo de Pesquisa Marxista, da UEG – Universidade Estadual de Goiás. A Revista Possibilidades publica artigos teóricos, artigos de opinião, resenhas, entrevistas e outras formas de textos. As colaborações devem ser enviadas para o seguinte e-mail: npmueg@terra.com.br ou entregue com uma cópia em disquete e outra impressa no seguinte endereço: Av. JK, nº 146, Bairro Jundiáí, Anápolis-GO. Os textos assinados são de total responsabilidade de seus autores, não expressando, necessariamente, o ponto de vista do NPM. Os textos enviados espontaneamente devem utilizar as margens padrão do Word, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entrelinhas simples, sem espaço entre parágrafos e na primeira de linha destes. Os artigos teóricos devem ter de 5 a 15 páginas; os artigos de opinião de 2 a 6 páginas; as resenhas de 2 a 6 páginas. Os artigos aprovados pelos pareceristas ou editor-responsável serão inseridos na revista de acordo com a pauta previamente estipulada e dentro dos critérios formais estabelecidos para tal, o que inclui data de recebimento do artigo, número máximo de artigos permitidos por número, adequação às normas de publicação aqui estabelecidas. Os textos que não se enquadrarem no tamanho acima delimitado, somente serão publicados em casos excepcionais. Os artigos devem ser enviados para o seguinte endereço: npmueg@terra.com.br ou com cópia impressa e em disquete para Av. JK, n. 146, Bairro Jundiáí. Anápolis - Go.

Conselho Editorial:

Edmilson Ferreira Marques
Fabíola Guimarães Vieira
Fernando Lima Neves
Flávio Pereira Diniz
José Santana da Silva
Leonardo Venícius Proto
Lisandro Rodrigues de Almeida Braga
Lesley Jorge de Sousa
Nildo Silva Viana (Editor-Responsável)
Ovil Bueno Fernandes
Uelinton Barbosa Rodrigues
Veralúcia Pinheiro

Arte- capa: Nildo Viana
Contato: npmueg@terra.com.br
<http://www.npm.cjb.net/>
Av. JK, nº 146, Bairro Jundiáí,
Anápolis – Goiás.

Apresentação

“Os elementos fundamentais dos ensinamentos marxistas conservam sua eficácia, mesmo que com uma função diferente e em um cenário distinto”.
Karl Korsch

O sexto número da **Revista Possibilidades** busca dar continuidade em sua tarefa de divulgar a produção dos integrantes do Núcleo de Pesquisa Marxista e seus colaboradores, bem como divulgar teses, textos e pesquisas que sejam interessantes e que contribuam com o processo de luta pela emancipação humana, que pressupõe uma abordagem crítica da sociedade contemporânea.

Vários textos do presente número tocam em questões vitais para a política, tal como a relação entre ética e política, o processo eleitoral, a fonte do poder, movimentos sociais. Assim, os textos de Edmilson Ferreira Marques, Suzana Albornoz, Nildo Viana, Flávio Pereira Diniz e Marjorie Avelar desenvolvem análises importantes para a compreensão das questões políticas contemporâneas. Também em destaque temos uma tradução de um texto de Karl Korsch, um dos mais importantes representantes intelectuais do marxismo, e uma apresentação de aspectos do seu pensamento realizada pelo historiador inglês Dave Renton, produzida especialmente para a **Revista Possibilidades**. Dave Renton é autor de várias obras importantes para a compreensão da história do marxismo, tal como seus livros *Marxismo Dissidente* e *Marxismo Clássico*. Em *Marxismo Dissidente*, Renton aborda

vários autores pouco conhecidos, entre eles, Karl Korsch.

Karl Korsch escreveu uma das mais importantes obras teóricas do pensamento marxista, *Marxismo e Filosofia* e produziu uma extensa obra que é de fundamental importância para o pensamento libertário. O texto traduzido de Korsch é uma nota sobre a obra de Antônio Labriola, marxista italiano, que exerceu grande influência sobre Antônio Gramsci e antecipou várias das teses revolucionárias do chamado “marxismo ocidental”, incluindo algumas das principais teses de Georg Lukács de *História e Consciência de Classe* e do próprio Karl Korsch. Labriola, embora “esquecido”, tal como Korsch, sempre é lembrado por aqueles que reconhecem (quando têm acesso) as grandes contribuições intelectuais e nada mais esclarecedor que as notas de Korsch sobre Labriola, pois o primeiro sempre reaparece quando ocorre a ascensão do movimento operário e das lutas sociais.

O presente número da **Revista Possibilidades** apresenta também artigos sobre Indústria Cultural e a poesia de Diego Mendonça, que continua apresentando a saga de Ludovico.

Nildo Viana

Sobre o Processo Eleitoral

Edmilson Ferreira Marques

A história consiste justamente no movimento que reduz toda fixação a uma aparência: a história é justamente a história da transformação ininterrupta das formas de objetividade que modelam a existência do homem.

Georg Lukács

O processo eleitoral é um dos fatores da realidade atual que exige de toda sociedade uma atenção especial. Em épocas eleitorais percebe-se uma constante movimentação social a qual acaba por voltar toda sua atenção para este fato, o que ideologicamente pressupõe que o processo eleitoral seja um contribuinte de suma importância para as decisões presentes e futuras da sociedade onde a idéia fundamentalmente propagada é a da melhoria nas condições de vida social a partir das ações dos candidatos eleitos. Devido a esta presença das eleições na sociedade, pretendemos fazer uma discussão sobre a mesma trazendo para o texto conceitos como democracia, política e estado. O processo eleitoral perpassa por esses três conceitos exigindo assim uma breve conceituação dos mesmos para que o entendimento desta análise tenha suas raízes esclarecedoras no concreto. Partiremos de uma linha de pensamento suportada pelo marxismo, ou seja, o texto terá como ponto de partida o ponto de vista do proletariado¹ sobre tal fato na realidade. Portanto, não ultrapassaremos as fronteiras da realidade, pois, o que nos importa aqui é entender a real função das eleições na sociedade contribuindo para uma transformação global da mesma que se torna indispensável para a efetivação de

uma realidade verdadeiramente igualitária e desvencilhada de qualquer forma ideológica de limitação do viver.

Poderíamos iniciar com uma pergunta simples, e complexa ao mesmo tempo², no intuito de demonstrar o quão distante a maioria dos indivíduos se encontra das decisões que permeiam as relações sociais. Além disso, esta pergunta dá-nos a noção da força que as *formas de regularização das relações sociais*³ exercem na sociedade. A pergunta é: em qual sistema vivemos?. Essa é uma pergunta que pode ser feita para maioria dos indivíduos da sociedade no sentido de demonstrar o quanto a realidade é desconhecida para os “cidadãos”. Não diria que chega a ser surpreendente a desinformação que as pessoas se encontram, pois, esta é, literalmente, a consciência oferecida por esta própria realidade. O fator informação do mundo moderno já recebeu várias críticas no sentido de que informação não é sinônimo de sabedoria. As informações são selecionadas e coletivizadas a ponto de se

¹ Por proletariado entende-se a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que, não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver (Marx e Engels, 2003:45)

² Simples para aqueles que estão mergulhados na discussão sobre a atual realidade (intelectuais e alguns indivíduos relacionados com as práticas político-partidárias) e complexa para aqueles que têm como única atividade o trabalho assalariado, ou seja, os indivíduos das classes oprimidas.

³ Nildo Viana faz esta conceituação ao termo superestrutura, o qual, segundo ele, sofreu deturpações conceituais entrando para os moldes ideológicos. Portanto, com este conceito elimina-se toda idéia abstrata que se tem da realidade, bem como, das relações sociais.

tornarem verdades. Vivemos uma realidade onde nos deparamos com uma infinidade de informações. São tantas que acabamos nos perdendo no meio delas. Contudo, essa gama de informações tem uma finalidade que é justamente a de colocar o indivíduo num estado de confusão. Cria-se uma consciência de inferioridade pelo fato de que o indivíduo se depara com tantas informações que acaba se achando incapaz de se desenvolver intelectualmente. Este estado de confusão é criado a partir da função do estado o qual deixa a sociedade num estado de abstração. Assim, não sabendo em qual sistema ou realidade se vive, naturalmente, não haverá, por parte da sociedade, nem uma crítica prática para uma transformação da mesma.

Esses questionamentos precedentes têm ligações diretas com o processo eleitoral. O fato de um indivíduo se encaminhar para uma seção de votação, “deveria” pelo menos ser realizado conscientemente, isto é, ao ir votar o “cidadão” teria que estar dotado de todo conhecimento sobre o contexto do qual isso acontece, bem como, o porquê que isso acontece. Esses fatores não são conhecidos pela maioria da sociedade. Não tendo conhecimento da realidade na qual está inserido, o ato de votar se torna mecânico e técnico, sem sentido, apesar de o indivíduo estar convicto que está desenvolvendo uma ação consciente. Assim, em busca desse esclarecimento partiremos para a análise do objeto aqui proposto. Antes de entrarmos propriamente na análise do processo eleitoral faremos uma breve análise do estado, da democracia e da política.

O estado

No parágrafo precedente tem-se a descrição de algumas das funções do estado na sociedade, ou seja, o de confundir a sociedade com o intuito de manter a ordem e os privilégios da

burguesia⁴. O estado ocultando as informações necessárias para o desenvolvimento de consciências verdadeiramente críticas, conseqüentemente, contribui para o não desenvolvimento de conhecimentos esclarecidos e concisos dos fatores da realidade. Faz-se acreditar que o estado tem como função servir a sociedade e defendê-la de todo e qualquer mal que possa lhe prejudicar. Mas essa idéia de sociedade torna-se muito ampla, e não é toda a sociedade que é servida e defendida pelo estado, mas apenas uma minoria, ou seja, o estado “apresenta-se como ‘público’, ‘imparcial’, ‘neutro’ etc.; apresenta-se como aquele que representa o interesse geral da sociedade, o interesse nacional” (Viana, 2003:39). O estado “é o aparelho ou conjunto de aparelhos dos quais o determinante é o aparelho repressivo (o uso da força monopolizada), cuja função principal é, pelo menos em geral e feitas algumas exceções, de impedir que o antagonismo degenere em luta perpétua (o que seria uma volta pura e simples ao estado de natureza), não tanto mediando os interesses das classes opostas, mas reforçando e contribuindo para manter o domínio da classe dominante sobre a classe dominada” (Ob. cit. 2003:135). Portanto, “o estado é, em regra, o estado da classe mais poderosa, economicamente dominante” (LUKÁCS, 2003:445). Destarte, essa idéia de que o estado representa toda a sociedade é apenas uma ideologia das classes dominantes para acabar com consciências críticas contrárias aos seus interesses. É nesse estado de abstração que se encontra o conhecimento social sobre o processo eleitoral. Por sua vez, o estado⁵ não

⁴ Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, que são proprietários dos meios de produção social e empregam trabalho assalariado (Ob. cit. 2003:45).

⁵ Desmistificar toda forma ativa na sociedade que seja oculta ao conhecimento das classes excluídas é o intuito da teoria a qual pretendemos, mais do que isso, transformar essa mesma realidade. Nesse sentido, assim como Nildo Viana protesta em “Estado, Democracia e

permite que seja explicitado o lado oculto das eleições e este fator será analisado posteriormente.

A política

A política, tal qual é conhecida ou legitimada na realidade atual é aquela ligada a ação de grupos partidários ou de grupos antagônicos, ou seja, “a política é o conjunto de relações sociais que manifestam as lutas de classes. Qualquer conflito social ou relações que é derivada da situação e antagonismos de classe é um conflito político ou relação política” (Ob. cit. 2003:14). Nesta sociedade “a política não é mais somente um negócio, mas o negócio é a política inteira (HORKHEIMER E ADORNO, 1985:162). Nesse sentido encontramos na sociedade os políticos e os não políticos. Os políticos são todos aqueles responsáveis pela busca do bem estar social e garantia da igualdade e liberdade de “todos” os indivíduos da sociedade. Os não políticos são aqueles servidos pelos políticos, aqueles que não tem acesso às decisões que são tomadas nos bastidores dos parlamentos sobre as questões sociais. São todos aqueles que são explorados e estão sob as rédeas dos patrões. Enfim. São aqueles que mantêm, economicamente, os políticos.

O processo eleitoral está ligado diretamente com essa política, pois, é através das eleições que se elege os políticos responsáveis pelas ações políticas. Conceitualmente, numa visão “neutra⁶” sobre a realidade, “o político, no

Cidadania”, o leitor perceberá que não utilizaremos letra maiúscula para a palavra “estado”. São várias as formas de atuar na consciência do indivíduo no sentido de não permitir que ele perceba a realidade na qual está inserido. Desta forma, ao apropriar o estado com letra maiúscula eleva-o a um status de “poder” acima dos valores humanos, nosso intuito é o de, justamente, colocá-lo abaixo, e elevar o valor humano abstraído de qualquer forma de regularização.

⁶ A neutralidade não pode ser entendida como uma contribuição para as relações sociais destituídas de ideologia. A intenção aqui é extrair de autores adeptos da neutralidade, explicações sobre os conceitos da realidade enfatizando ainda seu caráter imparcial. À maioria destas explicações se submetem apenas ao

seu sentido antigo e moderno, está pois embutido no conceito moderno de Estado e, dependendo da significação privilegiada, teremos uma forma de abordagem da política moderna que tanto pode conduzir a um efetivo governo da maioria, baseado na pergunta clássica da melhor forma de governo, como pode desembocar no império total do estado sobre a sociedade e os indivíduos” (ROSENFELD, 1994:14). O sufrágio é uma forma de garantir a permanência destes políticos na frente das decisões sociais, pois, transferindo para a sociedade a responsabilidade de escolha do político amortiza-se todas as críticas negativas à estrutura social. Essa política hierárquica é legitimada diretamente pelo processo eleitoral.

Por outro lado, com a extinção das eleições e de todo aparelho repressivo existente em sua volta, desaparecem os políticos e todos se tornam não políticos. Existindo somente os não políticos, a corrupção e o sistema de hierarquia será extinto, assim como também o seu berço maior, o estado. A política se transforma em relações sociais num todo e não em parte, dos indivíduos entre si. A política será sinônima de igualdade concreta, onde as decisões serão tomadas comunitariamente. O poder decisório não estará mais nas mãos de apenas um grupo partidário mas sim num “partido” comunitário, ou seja, num “partido” totalitário e global. Além disso, não haverá de se esperar quatro anos para a troca de governo. Melhor, o governo também deixará de existir. O representante será escolhido comunitariamente, mas indistintamente da representatividade hierárquica, podendo este ser tirado do posto a qualquer momento. O fruto do trabalho dos indivíduos será uma forma de garantia do próprio trabalho e o fator “patrão” se tornará desconhecido, ou seja, o

campo das idéias e muitas vezes não demonstra o caráter real das relações sociais.

trabalhador será o “patrão” de si mesmo, instituindo, assim, a realidade que seja “precisamente a base objetiva para tornar impossível que essa realidade seja independente dos indivíduos” (Marx e Engels, 2002:88).

A democracia

Assim sendo, a política centralizada é o combustível da democracia. Na sociedade precedente da atual, tinha-se a democracia censitária, onde a escolha do representante estava nas mãos daqueles que possuíam uma quantidade razoável de terras, ou tivesse um poder aquisitivo alto. A maioria da sociedade, que era composta por escravos, trabalhadores rurais e urbanos, não participavam das eleições. Portanto, se permanecesse essa prática corria-se o risco de temporalmente se criar movimento revolucionários contra esta centralização do poder. No entanto, no momento em que a burguesia toma o poder do estado, com o processo de desenvolvimento do sistema capitalista e instalação da democracia burguesa, transferiu-se para a sociedade, como um todo, a escolha dos representantes. Com isso, elimina-se toda e qualquer possibilidade de consciências contrárias á estrutura formada, o que Nildo Viana chama de amortecimento das lutas de classes. Cria-se, então, o conceito de democracia partidária. “Isso é fundamental na idéia comum de democracia: elege-se um governo para que cumpra a vontade das pessoas por meio do exercício do poder no território do Estado. Essa idéia é a base da afirmação social-democrata de que a mudança radical pode ser conseguida por meios constitucionais” (HOLLOWAY, 2003:26).

Na sociedade pré-capitalista a escolha era feita por alguns e o poder era centralizado nas mãos de uns poucos. Com a democracia partidária muda-se apenas a definição do conceito e a forma de votação, isto é, agora a escolha é feita

por toda a sociedade mas o poder de decisão ainda continua nas mãos de uma classe, cuja qual, é uma minoria. O conceito de democracia também exerce sua função na sociedade. Evidenciamos aqui a força das palavras na estruturação das relações sociais na história da sociedade moderna, onde é mais fácil dominar uma sociedade pela idéia do que pela força, e a força (Coação física), se torna indispensável, na atual realidade, para acabar com eventuais “problemas de distorções sociais”, embora seja essa uma ação constante dos policiais já que as contradições do sistema levam os indivíduos a práticas que são contrárias às práticas almejadas pela burguesia à sociedade.

Contudo, democracia representa uma forma de vida baseada nos valores das classes dominantes, os quais têm como característica o consumismo exacerbado, o individualismo, o fetiche etc. “Democracia é um regime político onde se permite uma participação restrita das classes sociais e frações de classes na constituição das políticas estatais, sob formas que variam historicamente. O que fica subentendido nesta definição é que a democracia sendo um regime político e, portanto, uma forma de relação do estado (que é o poder coletivo da classe dominante) com as classes sociais, é uma forma de dominação de classe” (Ob. cit. 2003:45-46).

Sobre o processo eleitoral

Falar sobre o processo eleitoral requer uma contextualização e o que dissemos até agora foi uma forma de alertar o leitor para as diversas implicações de um conceito, já que esse não deve estar desvinculado da realidade, a qual o define. Eles são expressões da realidade e, portanto, não possuem vida autônoma (VIANA, 1998:52). Assim sendo, delimitar ou falar sobre tal fator se torna complexo já que uma análise não perpassa pelo simples ato de argumentar. O argumento é apenas parte de um

processo que tem sua essência na vida concreta. A complexidade de um conceito, que vai além do simples conceito, como o de processo eleitoral, que tem sua definição a partir da própria realidade e implicações reais, se torna ao mesmo tempo fácil de ser compreendido já que não requer uma infinidade de leitura formal, mas simplesmente uma leitura da realidade, um olhar para a vida, um entendimento do sistema no qual estamos inseridos. Essa facilidade está ligada ao fato de que são visíveis as impossibilidades de mudança a partir de grupos políticos, cujos quais, têm sua hegemonia efetivada através do processo eleitoral. O fator que dificulta essa percepção também tem suas raízes visíveis, ou seja, a ideologia⁷, a qual não permite que essas contradições do sistema sejam percebidas. Torna-se paradoxal pensar a realidade e vivê-la ao mesmo tempo, no sentido de que teoricamente, na visão da classe dominante, há a necessidade de mudança para a melhoria da vida, mas na prática essa teoria torna-se distorcida e acaba dificultando a percepção da mesma por parte da sociedade, principalmente pela classe subalterna.

A consciência coisificada, fetichista é típica da sociedade moderna. Para tanto, é também o principal valor almejado pelas classes dominantes. A partir desta consciência “as relações sociais aparecem como coisas, onde as ações humanas que as produzem são ocultadas” (Ob. cit. 1998:15). No entanto, é por esta via que podemos começar falando do processo eleitoral, ou seja, da consciência fetichista do partido. Segundo Nildo Viana o fetichismo:

É um processo no qual o indivíduo produz algo e não se reconhece neste seu produto, tomando-o como algo independente e assim passa a adorá-lo. O criador passa a adorar sua criatura e pensar que ela tem vida própria (2003:85).

Os partidos políticos, com o desenrolar da história, foram sendo naturalizados e dessa forma, criou-se, em sua volta, o imaginário da necessidade dos partidos. Conseqüentemente, tornou difícil pensar a realidade sem a existência do partido. O homem virou escravo dessa coisa e não vê a possibilidade de sua extinção. Os partidos tomaram vida própria e não são mais vistos como criação do próprio homem. Assim sendo, a consciência fetichista faz com que o homem passa a adorá-lo e tê-lo como um fator natural da realidade, cujo qual, tomou consistência. Os partidos são compostos pelo próprio homem. Vejamos o que o autor diz quem são os indivíduos que estão no interior dos partidos políticos:

O partido político é um agrupamento de indivíduos com origem, idéias e interesses diferentes. São indivíduos que nasceram, foram criados e educados na (e para) sociedade burguesa (2003:82).

Como podemos perceber, o partido é um grupo de indivíduos existentes de fato. Não são criações da consciência. Além disso, os partidos políticos representam, ou melhor, defendem uma realidade, cuja existência é permeada pela divisão em classes. Existindo classes sociais haverá a preeminência de um grupo sobre o outro, a desigualdade entre os indivíduos, bem como uma luta constante entre os mesmos na busca dos interesses da classe a qual pertença. É nesse sentido que se baseia a existência da atual realidade, ou seja, na existência de classes sociais as quais estão em constante conflito entre si, pois, uma (a burguesia) tem na realidade a defensora de seus interesses a partir do estado, enquanto a outra tem na realidade o que lhe resta, ou seja, a exclusão e submissão.

Enfatizamos, então, a importância da desmistificação de tudo aquilo que venha ser produto da imaginação do homem, cuja criação, passa a dominá-lo e fazê-lo escravo. Além disso, o produto da

⁷ Ideologia entendida como o ocultamento da realidade.

consciência do homem não age abstratamente e por si só. Por trás do imaginário social há a ação de grupos de indivíduos interessados, único e exclusivamente, em manter seus privilégios e poder em relação à maioria dos indivíduos da sociedade. É por isso que Viana diz que “os partidos políticos servem apenas como meios de dominação da burguesia” (2003:81).

Em toda a história do processo eleitoral nota-se a existência da hegemonia de uma classe sobre a outra. Diferentemente de outros modos de produção, o capitalismo, porta-se de características próprias e únicas em seu processo eleitoral. Uma das características essenciais é o da existência de um comércio paralelo. É somente no capitalismo que se tem a mercantilização das vias eleitorais. O predomínio da era da comunicação trouxe um forte aliado para as relações de produção baseadas no capital. O comércio tem seu lugar primordialmente definido nesse processo onde todo aquele que se candidata a concorrer por uma vaga nos cargos parlamentares deve passar pelas rédeas comerciais, se tiver a pretensão de alcançar o poder governamental. Para isso deve investir altíssimo na indústria eleitoral, fator que será analisado posteriormente. Além disso, essa indústria atinge em cheio a vida das classes excluídas, no sentido que a sociedade entende o período eleitoral, não só como o período de mudança de governos ou tempo das oportunidades de ganho fácil (materialmente), mas sim um tempo onde o capital mostra sua cara. Um tempo onde o dinheiro é visivelmente esbanjado pelos partidos políticos. Esses gastos passam despercebidos pela sociedade. A busca desenfreada das classes subalternas por um pedaço desse “bolo” colocado nos bolsos dos candidatos deixa mais uma vez transparecer qual é a desigualdade fundamental existente entre os seres humanos.

Esse dinheiro gasto pelos partidos políticos vem dos cofres do governo. E, quem é o governo? O governo é o estado. E quem é o estado? É o defensor dos interesses das classes dominantes. Esse dinheiro, no entanto, é simplesmente o dinheiro conseguido através dos impostos e arrecadações existentes na sociedade. Ou seja, pagamos pelo nosso próprio adestramento sendo humilhados pelos ditos messias do mundo capitalista. É nesse sentido que buscamos uma prática onde as ações dependentes do capital sejam extintas. Enquanto existir o capital o homem continuará sendo escravo do mesmo, além disso, enquanto ele existir continuaremos sob o comando de outros homens.

Na consciência da maioria dos indivíduos pode ser encontrado o predomínio da ideologia partidária, no sentido de que acreditam na mudança via partido político, mais do que isso, vêm no período eleitoral um bom tempo para conseguir aquilo que em tempos normais não conseguiriam, como a ajuda dos candidatos (para se fazer reformas em suas residências, uma cesta básica, o pagamento de uma consulta média etc). A maioria dos candidatos se prontifica a prestar essa “ajuda” mas como troca de favores, ou seja, te “ajudo” mas você terá que me “ajudar” com seu voto. Criou-se até o ditado popular que “o indivíduo tem valor até o momento em que deposita seu voto na urna, depois disso perde-se todo o crédito com o candidato”. Esse, entre outros ditados populares, pode ser entendido como uma forma de demonstração de que há uma tendência crítica de descrédito da sociedade em relação às organizações partidárias. Mas, essa ação é inconsciente já que os ditados populares, como o citado anteriormente, acabam por justificar as práticas das classes dominantes e não efetivam nenhuma ação prática. Continuar reproduzindo esses ditados é continuar reproduzindo e legitimando as práticas

político-partidárias. Além disso, continuar concordando com a escolha de candidatos, o que é feito pelo voto, é continuar concordando com as desigualdades existentes.

Sabemos que mudanças profundas na sociedade são necessárias mas essas mudanças não serão feitas via partido político. Nenhum homem⁸ e em nenhuma sociedade será capaz de trazer transformações que beneficie globalmente a própria sociedade. Na história da humanidade não se têm fatos que discorde disso. Partidos políticos são o câncer da humanidade. O voto é sua energia. Alguns diriam: “se eu não votar o outro vota” ou ainda, “voto naquele que rouba mas faz”. Esta é a mais clara demonstração da ideologia burguesa. Essa ideologia impregnada na consciência popular. Ou seja, isso é nada mais que uma forma de expressar o não conhecimento da realidade, ou melhor, do desconhecimento da possibilidade de uma outra realidade. O não acreditar no outro ou concordar com o “roubo⁹” é uma consciência criada pela relação social na qual estamos inseridos, ou melhor, são práticas oriundas das classes dominantes, isto é:

Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida

material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral (Ob. cit., 1998:19)

Contudo, se a realidade definida pela burguesia instiga ao roubo, naturalmente, teremos indivíduos ladrões, se a realidade pratica a violência, teremos indivíduos violentos, se a realidade introjeta o não afeto, teremos indivíduos frios e calculistas, como diz Viana, “os indivíduos (na sua totalidade e individualidade) produzem a sociedade e esta age sobre eles enquanto tal” (2000:185). Contudo, essa mesma violência “é apenas a vontade conscientizada do proletariado de anular a si mesmo e, simultaneamente, o domínio escravizador das relações reificadas sobre o homem, o domínio da economia sobre a sociedade” (Ob. cit. 2003:460). O processo eleitoral nada mais faz do que efetivar essas práticas e ocultar essa mesma realidade.

É nesse período de eleições que se tem a mais crua e explícita característica dos valores dominantes, com os ataques maquiavélicos¹⁰ aos seus adversários. Tudo vale para desvalorizar ou diminuir o crédito do outro frente aos eleitores. Constantemente a sociedade vem assistindo a declarações feitas pelos partidos, de corrupções praticadas pelo partido adversário. Fator que é falado para a sociedade na mais intencionalidade de incriminar o outro e se elevar nas pesquisas, o que deixa transparecer que a corrupção está presente não só naquele que está no governo mas no próprio governo. O homem é por natureza afetuoso e dotado de senso comunitário. As demais características apresentadas na realidade (violência, individualismo, competitividade¹¹, consumismo exacerbado etc) não é da natureza dele

⁸ Quando falamos nenhum homem, estamos negando a possibilidade da transformação a partir de um indivíduo. Acreditamos fervorosamente na mudança, mas na mudança advinda da própria ação da classe oprimida.

⁹ O roubo do qual estamos falando é o roubo que o sistema faz da força de trabalho do próprio indivíduo, ou seja, a mais valia. Não estamos falando do roubo em defesa da propriedade privada, idéia própria das classes dominantes.

¹⁰ Segundo Duverger “maquiavelismo é sinônimo de trapaça e imoralidade” (1980:42).

¹¹ A concorrência isola os indivíduos uns contra os outros, não apenas os burgueses mas ainda mais os proletários, e isto a despeito de os aproximar (Marx e Engels, 2002:80).

próprio, mas sim, da natureza de uma coisa criada pelo homem pertencente à classe dos privilegiados, à classe minoritária, aos dominantes. Estamos falando do capital o qual é a criatura mais cruel e calculista, cuja índole esconde sua face negra. A burguesia tem nessa criatura a sua permanência no poder de dominação das classes oprimidas. O período eleitoral é uma forma de legitimar estas ações burguesas. O governo tem sua legitimidade última, no processo eleitoral. Contudo, é pelo capital que permanece agindo na sociedade e delimitando suas ações.

As declarações de corrupção são o que se tem de mais explícito nas contradições e ineficiência da existência das centralizações políticas. Além dos fatores competitivos presentes no ataque ao outro, podemos citar ainda a competição pelo poder através da manipulação por meio da indústria cultural. O poder econômico se torna essencial nessa luta. Cada vez mais o gasto em fatores midiáticos se torna mais alto. Tudo vale nesse período para fazer a população acreditar que este é melhor do que aquele. Shows artísticos com indivíduos massificados pela mídia, distribuição de camisetas com nomes de candidatos, produções musicais (para os mais técnicos, os chamados Jingles), produção de panfletos, programas de rádio, de televisão, entre tantos outros artifícios criados pela burguesia para a manipulação da sociedade. Os gastos em períodos eleitorais chegam a números exorbitantes. Alguns partidos gastam mais no período eleitoral do que ganhariam na soma do salário dos quatro anos de governo. O interesse pelo poder partidário não é o de tentar uma transformação da sociedade, e sim da possibilidade de extrair o mais valor, do acúmulo de capital, enfim, do lucro por vias mais fáceis. É claro que o candidato não dirá isso à população. Segundo Etzioni a “distinção entre objetivos reais e apresentados não deve ser confundida

com a importante diferença entre as conseqüências intencionais e não-intencionais”, isto é, “os objetivos são sempre intencionais; a diferença está entre as intenções apresentadas e as reais. A rigor, as conseqüências não intencionais são resultados não planejados e inesperados da ação orientada para algum objetivo” (1976:16). No entanto, utilizam o mais puro maquiavelismo declarando sua preocupação em contribuir com a sociedade e trazer benefício para a mesma (objetivo apresentado) mas que na realidade não fazem nada mais do que buscar o benefício próprio (objetivo real). Aqueles que ficam às margens das lutas político-partidárias, apenas assistem “comodamente ou ansiosamente” ao resultado final das apurações das urnas, depois de entediados ataques feitos uns aos outros.

Mas qual é o sentido dos diversos artifícios usados para a manipulação da sociedade senão o de justificar ou legitimar o poder do estado? O processo eleitoral não tem um fim em si mesmo. Por trás desta prática há toda uma gama de ações que são justificadas. Além de amortecer os movimentos revolucionários o processo eleitoral contribui para o movimento do capital, aumentando o lucro de empresas especializadas e fortalecendo os laços efetivos do capital. A sociedade passa por uma movimentação em todas as suas esferas e isso é uma forma de legitimação da base que a sustenta. Muda-se os governantes mas não se toca na natureza do estado. Criou-se um afunilamento conciso de que o futuro de uma certa sociedade depende daquele indivíduo que será eleito. Lembra-se aqui que nem sempre o perfil dos candidatos corresponde àqueles almejados pela “população”. Isso acontece pelo fato que as leis eleitorais, criadas pelo estado, não permitem que um indivíduo das classes subalternas participe diretamente na disputas eleitorais. Isso têm duas razões de ser. 1) para se candidatar o cidadão têm

que passar pela escolha ou seleção do partido, o que já exclui a possibilidade de sua candidatura, pois, a prioridade está naquele que tem um respaldo econômico que possibilita o partido a alcançar o poder; 2) na disputa eleitoral um partido burguês tem todas as condições materiais necessárias para assegurar sua vitória. Como diz o sociólogo Nildo Viana:

A vitória é então o objetivo dos partidos políticos. Mas para conseguir esta vitória, na sociedade capitalista contemporânea, é preciso possuir recursos financeiros, pois uma disputa eleitoral na atualidade não se faz sem propaganda de massa, cabos eleitorais¹², discurso planejado e divulgado para ampla camada da população etc (2003:58).

Por outro lado, percebe-se ainda que o próprio candidato é imbuído de uma crença de que pode transformar a sociedade ao assumir o poder governamental. No entanto, ao vencer uma eleição o mesmo percebe que nada pode fazer, já que há a existência de uma estrutura pré-definida a qual exige que ele se adeqüe à suas normas. Isso é perceptível na prática, no real, através das ações de candidatos eleitos. Podemos buscar na história do Brasil o caso mais claro e objetivo desta alienação pela qual passa o candidato. Acredita-se que um candidato da classe operária pode trazer algum benefício para os excluídos ao assumir o poder. Qual foi a ação do então presidente, cujo qual é descendente das classes oprimidas, senão o de se adequar às práticas dominantes e ser mais um adepto dos valores burgueses e, conseqüentemente, ser mais um deles? Ou ainda com Lênin (1870-1924), na Rússia, cujo governo exercido através de uma

ditadura partidária apoiado pela máquina do estado, não conseguiu por abaixo as contradições que assolavam a vida dos proletários daquele país. Portanto, “é comum mesmo políticos de partidos de esquerda e de trabalhadores, uma vez eleitos para o governo, se posicionarem perante a sociedade de modo idêntico ao que faziam os representantes da ordem vigente, justificando-se pragmaticamente com pressões imensas e margens de manobra inexistentes” (MAAR. 2004:115). O erro não está no indivíduo. Qualquer um que chegar ao poder sofrerá sua transformação pessoal. Assim sendo, “não se pode construir uma sociedade de relações de não-poder por meio da conquista do poder. Uma vez que se adota a lógica do poder, a luta contra ele já está perdida” (Ob. cit. 2003:32). O governo tem sua face oculta e só se transparece quando um indivíduo nele chega. É por isso que um indivíduo nada pode fazer ao assumir um governo ou o poder do estado, pois, o respeito às normas estruturais é algo além das crenças e da vontade dele próprio. É nesse sentido que Marx diz que a transformação de uma sociedade não é obra de um indivíduo mas sim de uma classe a qual é excluída e subalternizada pelo sistema.

O processo eleitoral é uma forma de legitimar a ideologia da transformação a partir de um indivíduo. Em tempos modernos, a idéia de se fazer mudanças ou transformações na sociedade, mesmo numa visão da social-democracia, parece já ter se dissolvido e o único interesse presente na consciência dos indivíduos é o de que fazer parte de uma organização política e ter a possibilidade de se “enriquecer” economicamente com mais facilidade. Dessa forma, “o pensamento contemporâneo, enfrenta todo um conjunto de controle sobre o saber, bem como o mercado e outros aspectos da sociedade moderna se tornam obstáculos para o desenvolvimento da consciência humana” (VIANA, 2002:09). Votar é

¹² O autor destaca ainda a importância dos cabos eleitorais nas eleições, cujos quais “são pessoas pagas durante o período eleitoral para fazer propaganda. São os que distribuem adesivos, panfletos, etc., nas ruas, pintam muros, entre outras atividades. São trabalhadores temporários que recebem um baixo salário pela sua atividade durante o período eleitoral, sendo recrutados nas classes exploradas” (Ob. cit. 2003:65).

continuar concordando com a representatividade, com o poder centralizado.

Podemos ainda falar de um fenômeno característico do período eleitoral que se trata das poluições áudio/visual, um outro artifício utilizado pelas classes dominantes para elevar a hegemonia de candidatos. A rotulação é um fator de preponderância nas relações sociais do modo de produção capitalistas. Contudo, a definição de uma eleição pode ter sua ascendência na maior quantidade de repetições realizadas na consciência do indivíduo. É o que acontece com os milhares panfletos impressos com rostos de candidatos, em sua maioria com uma feição alegre e afetiva para atrair o eleitor; carros todo pichados com o nome e número do partido, músicas, etc. Esses fatores afetam diretamente o resultado de uma eleição. O que quer dizer que a maioria dos eleitores vota naquele cuja repetição lhe soou mais vezes na consciência. Não estamos subestimando a capacidade intelectual desses indivíduos. Concordamos com Bertrand, quando ele diz que “os meios de comunicação têm, indiscutivelmente, um efeito considerável fornecendo informação, escolhendo que acontecimentos e que pessoas são importantes [...] Inegavelmente a mídia determina a ordem do dia da sociedade: ela não pode ditar às pessoas o que pensar, mas decide no que elas vão pensar” (1999:60 e 61). Assim, o rótulo repetido simultaneamente acaba se tornando conhecido, e esse conhecimento por parte da maioria da população acaba sendo reproduzido pelo próprio “cidadão” - seja nas conversas de esquinas ou mesmo cantarolando as músicas produzidas - que o leva a acreditar que esse é melhor do que aquele, cuja oportunidade de acesso à mídia não foi a mesma do outro. Para Freud “todas as ações, pensamentos, sentimento e emoções são resultantes de condições previamente existentes das quais o indivíduo, na maioria das vezes,

não possui consciência” (1998:70). A mídia, por sua vez, “cria imagens em nossas cabeças – ilusões – e que estas servem como conhecimento da realidade que modela nosso comportamento” (DEFLEUR e BALL-ROKEACH, 1993:282). Essa rotulação tem sua identificação naqueles cujo conhecimento atinge a maioria. Qual é a pessoa que não tenha ouvido falar nos Estados Unidos? E quem já ouviu falar em Trier? O fato de Trier ser conhecido apenas por aqueles que nela residem está ligado à força e interesse da mídia, como diz Giovandro Marcus, a mídia escolhe “como pensar, no que pensar, o que não pensar ou sobre o que silenciar” (2001:115) ou ainda com Dimas Künsch, “o mediador social da informação se transforma em administrador de sentidos, ou em proprietário particular de um bem, ou latifúndio, denominado verdade” (2000:160). Se os EUA não fossem os representantes do capital, com certeza não seria massificado pelos meios de comunicação de massa e conseqüentemente não teria sua hegemonia na mídia sobre as demais “nações”. Como se explica a migração desenfreada de numerosas populações para aquele país? Teria essa mesma situação se a mídia não existisse? Alguns diriam que buscariam outra forma para ser conhecido, mas não fugiria do processo estabelecido pelos meios de comunicação.

Dessa mesma forma, tem-se a ação dos partidos políticos nos períodos eleitorais. Aquele que aparece frente aos olhos e ouvidos do indivíduo com mais freqüência conseqüentemente terá chances mais elevadas do que aquele que não possui as condições materiais necessárias para tal. Todavia, mais uma vez, a luta demonstra seu caráter de desigualdade, onde o vencedor tem nas preliminares eleitorais a sua definição. O poder dos meios de comunicação de massa (televisão, rádio, jornal, revistas etc) se torna essencial nesse processo.

O processo eleitoral é apenas mais um instrumento da burguesia pra silenciar a classe oprimida. Localizado na superestrutura faz parte de todo um conjunto de aparelhos institucionais com a intencionalidade única de manter a ordem social em função da hegemonia estatal. O estado necessita desta “democracia representativa” como forma de continuar desempenhando o seu papel na sociedade. Os partidos políticos encontram neste ritual estabelecido, as eleições, a sua finalidade. Contudo, o processo eleitoral não representa e nunca representou uma forma de amenizar as contradições existentes. Os oprimidos continuarão sendo excluídos e explorados se permanecer ativa a idéia político-partidária. Façamos o voto do silêncio. O protesto contra a corrupção pode ser confirmado através do não voto. Deixemos de lado as ideologias burguesas e busquemos justificar nossas crenças num mundo diferente. A lei reprime aquele que não comparecer às urnas para votar. Então busquemos outra forma de contribuir com a mudança. Deixemos nosso voto “naquele” que poderá fazer alguma coisa para a sociedade, ou seja, em ninguém, através do voto nulo.

Referências Bibliográficas

- BERTRAND, Claude-Jean. *A Deontologia das Mídias*. Bauru, EDUSC, 1999.
- DEFLEUR, Melvin. e BALL-ROKEACH, Sandra. *Teorias da Comunicação de Massa*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.
- DUVERGER, Maurice. *Ciência Política: Teoria e Método*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- ETZIONI, Amitai. *Organizações Modernas*. 5ª edição, São Paulo, Pioneira, 1976.
- HOHLFELDT, Antônio. MARTINO, Luiz C. e FRANÇA, Vera Veiga. *Teorias da Comunicação: Conceitos, Escolas e Tendências* (Orgs). Petrópolis, Vozes, 2001.
- HOLLOWAY, John. *Mudar o Mundo sem Tomar o Poder*. São Paulo: Viramundo, 2003.
- HORKHEIMER, Marx e ADORNO, Theodor W. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.
- KUNSCH, Dimas. *Maus Pensamentos: os mistérios do mundo e a reportagem jornalística*. São Paulo, Annablume; FAPESP, 2000.
- LUCKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- MAAR, Wolfgang Leo. *Adorno: a atualidade da dialética* in Margem Esquerda: ensaios marxistas. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Centauro, 2002.
- _____, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- ROSENFELD, Denis L. *O Que é Democracia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- RUIZ, Erasmo Miessa. *Freud no “Diva” do Cárcere: Gramsci analisa a psicanálise*. Campinas-SP: Editora Autores Associados, 1998.
- VIANA, Nildo. *A Filosofia e Sua Sombra*. Goiânia -Go: Edições Germinal, 2000.
- _____, Nildo. *Escritos Metodológicos de Marx*. Goiânia, Edições Germinal, 1998.
- _____, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.
- _____, Nildo. *Inconsciente Coletivo e Materialismo histórico*. Goiânia: Edições Germinal, 2002.
- _____. *O Que São Partidos Políticos*. Goiânia, Edições Germinal, 2003.

Edmilson Ferreira Marques é historiador e Cientista Político.

E-mail: edmilsonmarx@yahoo.com.br

Ética e Política: Do Lugar-Comum ao Lugar-Nenhum

Suzana Guerra Alborno

Vivemos neste momento no Brasil uma situação de crise política, cuja linguagem me motivou a escrever estas linhas, ao mesmo tempo sobre a exigência de ética na política e sobre os novos sentidos da utopia. O escândalo atual desafia a pensar melhor sobre as possibilidades, a capacidade e os limites do aperfeiçoamento do homem/dos homens, portanto, também da política e, em concreto, da vida política brasileira - tradicional e presente, institucional e pessoal. Consciente da dificuldade da tarefa, venho partilhar com os leitores algumas de minhas inquietações:

- Será possível e sensato, ou mesmo, desejável identificar a ética com a política?

- A submissão da política à ética não será apenas uma miragem, uma espécie de esfinge que nos interpela e desafia?

- E se afirmarmos a necessidade de submeter a política à ética, ainda restaria a pergunta: - a qual ética? - a que ética queremos estar ligados e ser fiéis?

- O sonho de uma vida política pura, sem irregularidade, sem pecado nem pecador, não seria a mais brilhante utopia no sentido vulgar da palavra, entendida como algo irrealizável?

- Não permanecerá ainda utopia, no seu sentido mais nobre de possível ainda não realizável, como um velho-novo sonho da humanidade limpa, sem mancha, aperfeiçoável no sentido do melhor mundo possível de nossos sonhos?

O anseio coletivo que anima a opinião pública brasileira parece ser o de mais ética na política; ou seja, de instalar maior lisura em todos os níveis dos comportamentos relativos ao bem comum.

Este anseio se traduz num sentimento de desconfiança com relação aos homens envolvidos na coisa pública, no reclamo de punição a toda irregularidade, a todo fato suspeito de corrupção, e a todo indício de desvio das normas de correção nos procedimentos e ações ligadas à política. A história da ética ensina, contudo, que não é simples discernir sobre tais questões; e para tanto não basta o esclarecimento dos fatos – por si mesmos incertos, difíceis de definir e de interpretar. Porque a ética envolve complexas questões de fundo e, além de valores, escolhas, prioridades, mesmo ambigüidades; envolve imponderáveis como a intuição e o sentimento, e não se resolve apenas pela exata aplicação das regras positivas.

Tem longa tradição o entendimento da ética como o outro do direito e da política, como referência a outra ordem, com diferente preocupação e finalidade. Embora a política, conjunto de práticas e regras que rege a vida coletiva, deva buscar a justiça e a felicidade dos cidadãos, bens também buscados pela ética, que rege a ação dos indivíduos, há um caráter próprio e uma diferença importante em cada uma dessas buscas. Este entendimento se mostrava já na origem da reflexão filosófica sobre o justo e o injusto, no drama trágico de Sófocles. Na tragédia *Antígona*, talvez a mais famosa e marcante da obra sofocliana, bem no centro da grande dramaturgia clássica, encontra-se a expressão genial do conceito da ética como o outro da política. Enquanto o príncipe Creonte determina os atos que lhe parecem justificados para estabelecer a paz e manter a ordem e o

governo de Tebas, sua jovem sobrinha se expõe à morte para prestar as homenagens fúnebres ao irmão morto que a cidade considera traidor. As razões e os deuses de um se opõem às razões e aos deuses do outro, sem que o autor nem o coro decidam claramente para qual lado pende a balança da justiça, o que tampouco o público poderá decidir.

A percepção trágica, da peculiaridade da referência ética em relação ao direito e à política, se demonstrou sábia e permanece válida ante as experiências históricas de vinculação demasiado direta da política à moral, quando se tornaram evidentes os riscos das perigosas relações entre o plano ético e o político. Tal relação é perigosa seja quando se quer submeter a ética à política ou, ao contrário, quando se quer submeter inteiramente a política à moral. Pois a submissão da política a uma moral particular estabelecida, sobretudo quando associada a crenças religiosas levadas ao extremo e ao fanatismo, desserve a justiça no sentido de felicidade dos homens, tanto em geral no seu mundo comum como na singularidade de sua vida particular.

Com isto não se defende a tese da independência radical da política em relação à ética; o horizonte, digamos, do progresso civilizatório nos encaminha a postular e tentar construir uma ética na política, ou melhor, uma ética da política, que leve em consideração o que é próprio da política. A dimensão política entendida como aquela dimensão da vida humana e social que visa estabelecer as condições de convívio coletivo para possibilitar a justiça, a felicidade, a liberdade dos cidadãos; e a cidadania incluindo cada vez mais a totalidade dos indivíduos que fazem parte de um povo; a ética da política exige seja visado o bem comum antes do particular, o interesse geral e generoso antes do próprio e egoísta; que se busquem os bens particulares e interesses singulares só na medida em que se harmonizem com os princípios da

justiça e o bem comum. A compreensão da necessidade de harmonia entre bem particular e bem público, de instaurar uma justa ética na política, não deixa esquecer, esconder nem confundir as especificidades do ético e do político. A modernidade lutou muito, na luz e na sombra, para perceber e fazer respeitar tais especificidades – de um lado, a da ética que respeita a liberdade e pela qual se busca a correção individual, como virtude pessoal; de outro, a da política, em que se institui a convivência pacífica, como virtude coletiva.

O terreno da crítica à política em nome da moral é hoje ainda mais propício e fértil porque se apóia na insatisfação geral contemporânea com a política e a democracia moderna. Sociólogos e cientistas políticos da atualidade constatarem como presente nas democracias mais estabelecidas, ainda que funcionem bastante bem como estados formalmente democráticos, este estado de espírito um tanto surpreendente, de desencanto com a política, presente mesmo entre as gerações mais novas. A participação nas eleições, onde não for obrigatória, não é muito forte nas democracias mais tradicionais, como na Europa ocidental ou nos EEUU da América do Norte. Alguns analistas – como o jurista e filósofo italiano Norberto Bobbio – sugerem que esta insatisfação geral com a política se deva à distância entre a realidade das democracias representativas das sociedades do presente e o modelo clássico de democracia direta, que continuaria a funcionar em nível imaginário como o autêntico modelo do regime democrático. Nas modernas democracias representativas, na maioria das situações, os representantes eleitos, profissionais da política, ocupam um lugar que o cidadão talvez aspirasse ocupar; enquanto os representam, parecem usurpar o lugar próprio dos cidadãos.

Convém lembrar também que, nas democracias representativas da atualidade, entre os cidadãos e seus representantes,

está instalado um imenso aparato formado pelas redes dos meios de comunicação e da publicidade. Ante a revelação dos milhões legais e ilegais que circulam neste meio dos bastidores das campanhas eleitorais, a opinião pública ingênua se escandaliza e a mais refletida assiste perplexa, sem saber que pensar; enquanto sob a máscara da bandeira da ética se alojam as paixões e os interesses da contenda partidária.

As revelações de irregularidades que vêm a público e causam escândalo também o fazem porque contrariam os sonhos de um Brasil mais justo, cara utopia das gerações que lutaram por democratizar o país. As utopias não morrem; utopias são um dado antropológico; os homens, seres de desejo e impulso, sonham acordados e movem o mundo também pela força de seus sonhos. Acontece que os sonhos humanos coletivos se mostram ora abstratos, ou seja, belas quimeras irrealizáveis, ora concretos, quer dizer, capazes de influenciar a transformação da realidade – para usar o vocabulário de Ernst Bloch, o filósofo da utopia cuja obra-prima acaba de ser traduzida para o Brasil¹. Mesmo as utopias abstratas são inspiradoras e podem impulsionar melhorias, ainda que nunca sejam realizadas tal qual foram sonhadas; sonhar e exigir a ética na política é um bom sonho, uma inspiração correta para as ações dos cidadãos, muito embora seja irrealizável se entendido como a instalação total da rígida e permanente perfeição nas ações políticas. Por outro lado, nem todas as utopias são impossíveis e, quando concretas, as utopias antecipam possibilidades da realidade. Podemos perceber em ação na história utopias concretas que se apóiam nas aberturas da

realidade, nas brechas para o novo, e oferecem um caráter de compromisso ético, porque exigem adesão e esforço.

Ante nossa paradoxal sociedade brasileira, na qual a história deixou tantas marcas de injustiça e contudo a vitalidade e capacidade de evoluir é evidente, salta aos olhos de todos o compromisso ético que obriga diante da realidade política, independente das vicissitudes do presente, de continuar trabalhando para a construção de uma democracia respeitadora dos direitos humanos e companheira de uma economia mais solidária - além de próspera, sustentável e respeitosa da natureza-, para uma sociedade mais feliz; não apenas igualitária do ponto de vista legal, com mais justiça social, melhor distribuição de renda, menos violência. Esta utopia concreta continua a lutar por se realizar em nosso país, com dificuldade. É uma utopia viável, porque materialmente as riquezas brasileiras a fazem possível e as aspirações populares a demonstram desejada. Esperemos que o núcleo de paixões e interesses em contenda no momento político se deixe medir pela responsabilidade patriótica, tendo no horizonte esta utopia que permanece válida. Este me parece ser o modo de aproximar a política brasileira do caminho ético, aspiração que se demonstra de consenso nacional.

Referências Bibliográficas

- ALBORNOZ, Suzana. *Ética e Utopia*. Porto Alegre, Movimento, 1985.
- ALBORNOZ, Suzana. *O Enigma da Esperança*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- ALBORNOZ, Suzana. *Violência ou Não-Violência*. Sta Cruz do Sul, Edunisc, 2000.
- BLOCH, Ernst. *O Princípio Esperança*: Rio de Janeiro, Editora Contraponto, 2005.

¹ BLOCH, Ernst. *O Princípio Esperança*: Rio de Janeiro, Editora Contraponto, 2005. Para maior esclarecimento do conceito blochiano de utopia, remeto a meus livros: *Ética e utopia*(1985), *O enigma da esperança*(1999) e *Violência ou não-violência*(2002).

Suzana Guerra Albornoz é Professora da UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul.

E-mail: suzanaalb@viavale.com.br

Os Movimentos Sociais sob a Perspectiva da Ciência Política

Flávio Pereira Diniz
Marjorie de Avelar

Os Movimentos Sociais podem ser estudados por meio da Sociologia, Antropologia, História, Geografia e da Ciência Política. Procuraremos no presente texto, esboçar uma análise no sentido de demonstrar que o referido tema pode ser abordado por intermédio da Ciência Política, entendida como **Ciência do Poder**, conforme a definição de Maurice Duverger (1982), a qual veremos no decorrer deste artigo. Não reclamamos à Ciência Política o estudo dos Movimentos Sociais, mas acreditamos que ela pode dar uma importante contribuição na compreensão do significado destes movimentos.

Tomaremos como referência os seguintes autores: Nildo Viana (2000) e Maurice Duverger (1982), especificamente tratando da Ciência Política. E Ilse Scherer-Warren (1996), Ricardo de Jesus Silveira (in Tomazi, 2000), Maria da Glória Gohn (2001), Dalmo Dallari (1984) e Alexandre de Moraes (2002) no que se refere aos Movimentos Sociais.

É importante, antes de qualquer coisa, explicitarmos a definição de Ciência por meio da qual acreditamos na possibilidade de tratar o nosso tema. A definição apontada por Viana (2000) nos parece satisfatória. Conforme as palavras do autor, podemos definir a ciência "... como um saber sistemático, metódico e empiricamente justificado e que tem a pretensão ilusória de ser objetivo e neutro". Mas antes de nos remetermos à definição de Ciência Política, faremos um breve histórico do seu surgimento e desenvolvimento.

A Ciência Política se desenvolve a partir - e juntamente - com o surgimento das Ciências Sociais. Este surgimento se dá em um contexto histórico específico marcado pelas revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII na Europa e, conseqüentemente, com o surgimento e desenvolvimento do Estado Capitalista. O Renascimento, o Iluminismo, o Racionalismo e o desenvolvimento das Ciências Naturais lançaram as bases que proporcionaram o surgimento das Ciências Sociais. "A experimentação, a mensuração e as demais estratégias das ciências naturais apareciam como os meios que as tornavam a forma de conhecimento verdadeira, definitiva e fiel da realidade" (Viana, 2000). A Ciência substitui a Filosofia, justamente por se constituir em um 'saber aplicável' e 'fundamentado no empírico', características ausentes na última. E com o desenvolvimento deste saber sistemático, em fins do século XVIII e início do XIX, surge o Positivismo, fundamentado nas Ciências Naturais, buscando se constituir como uma 'ciência positiva da sociedade'. Não podemos esquecer que outras formas de pensamento influenciaram o surgimento das Ciências Sociais, mesmo que de forma marginal, como foi o caso dos pensadores socialistas.

Inicialmente, a Ciência Política é confundida com a 'história das idéias políticas'. Os escritos de Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau (ou seja, da Filosofia Política) - juntamente com os escritos de Marx, Lênin, Gramsci, Sorel, entre outros -, vão ser o ponto de partida

para o desenvolvimento da Ciência Política, que irá se sistematizar e se ‘cientificizar’, a partir das obras de Weber, do Institucionalismo (Duverger, Bouthol, Mosca, Pareto) e do funcionalismo sistêmico norte-americano”. Duverger fala em uma pré-história da Ciência Política. Segundo este autor, esta fase “se estende das origens da humanidade ao fim do século XIX, e mesmo à metade do século XX em certos países” (Duverger, 1982). O autor considera o século XIX como um período intermediário do desenvolvimento da Ciência Política.

Duverger considera a pré-história da ciência política como o período dos precursores, destacando a abordagem das questões políticas a partir do ‘ângulo moral’ e apontando a ausência de objetividade nos estudos e o uso do ‘raciocínio dedutivo’. Destaca quatro grandes pensadores deste período: Aristóteles, Maquiavel, Bodin e Montesquieu. Sobre Aristóteles, Duverger acredita na importância fundamental deste pensador grego para a origem da Ciência Política, ressaltando o caráter moralista que o aproximava de Platão e a ausência de objetividade que não lhe garantia um caráter científico. Por outro lado, aponta a utilização do método indutivo (observação dos fatos) por parte de Aristóteles. Quanto a Maquiavel, de acordo com o autor, sua principal contribuição está na criação do segundo elemento da Ciência Política (o primeiro é o método de observação de Aristóteles): o método objetivo. Duverger, no entanto, faz uma ressalva à objetividade de Maquiavel: “Sua objetividade é, muitas vezes, uma falsa objetividade. Acontece que sua descrição, aparentemente objetiva, tenha por fim secreto servir sua carreira política. Maquiavel não é um pesquisador desinteressado” (Duverger, 1982). Bodin, por sua vez, é considerado um moralista, sendo que seu mérito fundamental se encontra no desenvolvimento do método

de observação. Por último, temos Montesquieu, considerado como um dos responsáveis pelo ‘desenvolvimento do método de observação’ e por uma possível postura de neutralidade e objetividade do pesquisador frente aos fenômenos observados.

Vale lembrar que Duverger exclui, deste grupo, Locke e Rousseau (precursores da Ciência Política), por considerá-los mais importantes para a ‘história das idéias políticas’ que necessariamente à ‘história da Ciência Política’.

Sobre o período intermediário (século XIX), Duverger o considera como a dos fundadores, destacando os nomes de Tocqueville, Augusto Comte e Karl Marx. “Com Tocqueville, o método de observação sai da fase pré-histórica para se tornar, realmente científico” (Duverger, 1982). Três importantes contribuições são atribuídas a Tocqueville: a) observação direta dos fatos; b) observação sistemática; c) observação em profundidade. Augusto Comte, por sua vez, ofereceu dois elementos fundamentais: o primeiro, as ‘bases definitivas do método objetivo’; e o segundo, o caráter científico concedido às Ciências Sociais, espelhado nas Ciências Naturais. Finalmente, a respeito de Marx, mesmo considerando que alguns procuram dirimir a influência deste pensador à Ciência Política, o autor afirma a influência do marxismo a esta ciência. A questão central está no que ele chama de inauguração de uma ‘nova cosmogonia’. “A cosmogonia marxista faz do Estado e do poder fenômenos de força, nos quais tenta definir os laços com as outras forças sociais, econômicas e outras: o estudo do Estado e do poder é então orientado para a análise concreta dessas forças”. (Duverger, 1982).

Levando em consideração a definição de Ciência de Viana (2000), os elementos apontados acima, referentes à neutralidade

e à objetividade, são os que menos nos interessam.

Ainda analisando o trabalho de Duverger, abordaremos o desenvolvimento da Ciência Política, entre o fim do século XIX e a primeira metade do século XX, considerado pelo autor como o momento histórico de reconhecimento oficial desta ciência. A este reconhecimento, podemos considerar três elementos fundamentais: o desenvolvimento do conceito de Ciência Política; os progressos da liberdade política; e a idéia de eficácia política e administrativa - este último ligado diretamente à sua institucionalização. Este reconhecimento encontrou algumas dificuldades, principalmente nas universidades tradicionais, obtendo menor resistência nos Estados Unidos da América. Neste país, a Ciência Política se desenvolveu de forma pragmática, voltada à formação de agentes políticos encarregados de assumir funções específicas na Administração Pública. “Enquanto na Europa a análise da vida política continua voltada, quase exclusivamente, para as instituições governamentais, vemos se multiplicarem, nos Estados Unidos, os estudos sobre as forças políticas (partidos, grupos influentes, eleições, influência do dinheiro, influência da imprensa, etc.) Os estudos de técnica administrativa se desenvolvem, igualmente, inspirados em geral no desejo de reformas práticas e na preocupação de eficácia” (Duverger, 1982). Este período estende-se do fim do século XIX até 1945. A partir de então, a Ciência Política torna-se internacional, firmando-se principalmente na Europa e posteriormente em outros países, alcançando a América Latina e, em especial, o Brasil.

Após esta breve análise sobre o surgimento e o desenvolvimento da Ciência Política, resta-nos ainda optar por uma de suas possíveis definições para,

posteriormente, entrarmos de fato no tema que nos interessa: os movimentos sociais.

A concepção que utilizaremos é a da Ciência Política como Ciência do Poder, por considerarmos esta definição de maior amplitude e, conseqüentemente, mais adequada aos nossos propósitos. De acordo com Duverger, esta concepção, em contraposição à noção de Ciência Política como Ciência do Estado, possui uma ‘superioridade metodológica’ sobre esta última, acusando-a de ser mais restritiva e até mesmo ‘anticientífica’. É importante destacar a oposição das noções jurídica e sociológica do Estado apontada pelo autor. “A noção jurídica repousa na idéia de que a diferença entre o Estado e os outros grupamentos humanos é uma diferença de natureza: o Estado é soberano, as outras comunidades humanas não o são. A noção sociológica repousa na idéia de uma simples diferença de grau: todas as comunidades humanas têm governantes (organização política), dispendo de um sistema de sanções e de uma certa força material; no Estado, a organização política e as sanções são mais aperfeiçoadas e a força material maior”. Para concluir, ainda cabe uma última citação: “... é logicamente impossível definir a Ciência Política de modo restritivo; só é válida a definição como Ciência do Poder”. (Duverger, 1982)

Acreditamos que esta definição é a que mais se aproxima de nossos objetivos - uma abordagem dos movimentos sociais a partir da Ciência Política -. pois acreditamos que estes, mesmo em suas relações com o Estado, operam de forma interna e externa em esferas permeadas pela noção de poder.

Definir o que são os Movimentos Sociais parece não ser uma tarefa simples, visto que não existe um consenso a tal respeito. Nossa intenção é muito mais no sentido de levantar algumas questões pertinentes ao assunto do que necessariamente buscarmos conclusões - o que seria uma ação precipitada para este

trabalho inicial. Ilse Scherer-Warren (1996) e Ricardo de Jesus Silveira (in Tomazi, 2000) nos oferecem elementos que podem contribuir para um melhor entendimento do tema que propomos discutir.

Diferentes abordagens sobre o assunto, a partir de determinados referenciais teóricos, podem trazer uma certa confusão. A análise histórico-estrutural, baseada na teoria marxista, tem como foco central a idéia de conflito como componente fundamental dos movimentos sociais. Para aqueles que trabalham a partir da teoria durkheimiana, as ações de movimentos sociais – como, por exemplo, as ocupações de áreas urbanas por movimentos de sem-teto ou de áreas rurais por sem-terra - significariam um desequilíbrio social, causado independente das vontades individuais, e não um conflito. Enquanto que a análise histórico-estrutural privilegia, em sua abordagem, a ação das classes sociais - ou seja, os movimentos sociais tendo como um de seus elementos constitutivos -, a ação coletiva (uma outra abordagem chamada de ‘culturalista’), fundamentada na teoria weberiana, aponta que esta ação coletiva é fruto, predominantemente, das ações individuais.

Silveira faz a seguinte definição sobre os movimentos sociais: “... trata-se da ação conjunta de homens, a partir de uma determinada visão de mundo, objetivando a mudança ou a conservação das relações sociais numa dada sociedade”. Apoiado nas elaborações de Scherer-Warren, este autor aponta três elementos fundamentais na constituição de um movimento social: projeto, ideologia e organização.

Podemos verificar no curso da história, que diversos movimentos sociais surgiram e desapareceram, seja no campo ou nas cidades. O movimento operário do final do século XIX e início do século XX é um bom exemplo. As perspectivas classistas, aliadas ao ideal socialista, marcaram este movimento que buscava, além de

conquistas imediatas - como a redução da jornada de trabalho e melhores salários -, a transformação radical da sociedade. Por outro lado, após a década de 1960, ‘novos movimentos sociais’ surgiram em um contexto marcado pelo avanço do capitalismo monopolista. Estes movimentos (ecológicos, feministas, de luta pelos direitos humanos etc.) têm um novo caráter: hegemonicamente reformista. Apesar de ainda existirem movimentos que buscam a transformação radical da sociedade, parece haver, atualmente, a predominância daqueles que buscam a conquista de ‘direitos’, sem, no entanto, propor transformações na estrutura de funcionamento da sociedade capitalista.

“A categoria de sujeito popular, para uns, e de ator social, para outros, passa a substituir a categoria de classe social, bem como a de movimento popular e/ou de movimento social substitui a de luta de classe, significando que, em lugar da tomada revolucionária do poder, poder-se-ia pensar em transformações culturais e políticas substantivas a partir da cotidianidade dos atores envolvidos” (Scherer-Warren, 1996).

Os Movimentos Sociais podem ser de caráter reivindicativo, que busca garantir direitos, como a ‘cidadania’, por exemplo; de resistência, como é o caso dos movimentos de atingidos por barragens; ou podem propor transformações radicais na estrutura social do sistema capitalista, buscando uma nova forma de organização societária (neste caso, podemos ter exemplos como o MST que, além da luta pela Reforma Agrária, busca a tomada do poder do Estado; ou movimentos que propõem a destruição do Estado, como é caso dos anarquistas. Os movimentos podem buscar transformações, bem como podem agir no sentido da manutenção da ordem estabelecida. Um bom exemplo disso é o caso da União Democrática Ruralista (UDR) que, frente à ameaça do MST, organizou os ruralistas, grande proprietários de terras, no sentido de

manter seus latifúndios e, conseqüentemente, seus privilégios.

Na obra acima citada, apesar de suas limitações por se tratar de um trabalho didático voltado a iniciantes no estudo da Sociologia, Silveira oferece importantes elementos para nossa abordagem. Ao aliar as noções de conflito e ação coletiva à idéia de poder, este autor traz uma questão que elucida um de nossos principais questionamentos: até que ponto a luta dos movimentos sociais está ligada à questão do poder, seja na tomada do poder estatal, na sua derrubada ou na participação junto ao mesmo? Internamente, como o poder é concebido nestes diferentes movimentos? Conforme aponta Silveira: “de fato, um movimento social, com seu caráter conflitual e coletivo, mostra uma relação de poder, cujo desenvolvimento implica a mudança ou a conservação de privilégios, valores, normas, regras que condicionam nas nossas relações” (in Tomazi, 2000). Continua o autor: “... a mudança ou a conservação das relações de opressão está em causa, o que revela, portanto, uma relação de poder, na qual identificamos uma correlação de forças: a luta de uns para se libertarem da opressão e a de outros para conservá-la” (in Tomazi, 2000).

São estes fatores, fundamentalmente, que nos leva a acreditar que o estudo dos Movimentos Sociais deve levar em consideração, além dos elementos já citados, a questão do poder.

Os Movimentos Sociais no Brasil

No decorrer da história dos movimentos sociais no Brasil, especialmente aqueles que atuaram no período da ditadura militar, os cidadãos, antes acostumados com os ‘ares’ da cidade ou do campo, foram deixando de ser meros figurantes no cenário do Estado e passaram a atuar como atores principais e suas ações se transformaram em “motores básicos” dos acontecimentos, situando os eventos e os acontecimentos em seus devidos lugares: como frutos das

ações e das práticas sociais e não como resultados de determinações macrogerais, que pairariam sobre a cabeça dos homens na sociedade”. (Gohn, 2001, p.153).

Nos períodos colonial e imperial, embora as revoltas, em sua maioria, tenham acontecido de cima para baixo (da classe dominante para a dominada), muitos movimentos tiveram o apoio popular. Este povo era composto pelos índios, escravos, pobres Ivres, pequenos funcionários e militares de baixo escalão, que tinham como oponentes aqueles que eram contrários aos interesses populares ou da nação (ou seja, os estrangeiros, que integravam parte das elites dominantes; os políticos ligados ou representantes da Corte de Lisboa ou do Rio de Janeiro; os comerciantes, principalmente aqueles de origem estrangeira).

Em grande parte deste tipo de participação popular, vamos encontrar a atuação da Igreja Católica, que se destacaria nas décadas de 60-70-80, época em que os movimentos sociais foram bastante intensos. Exemplos como a criação do Movimento do Custo de Vida (1972), que atuou em São Paulo e em outras capitais do Brasil, denunciando especialmente as condições de vida precária dos cidadãos da época; e a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT – em 1975), que atuou particularmente na região Sul do país, mostram que, neste período precioso dos movimentos sociais, a Igreja se tornou um aliado importante nas lutas populares, obviamente desde que o objetivo final não atingisse seu patrimônio.

A reivindicação de cada luta ou movimentos correspondem às questões sociais de seu tempo. Analisando o contexto histórico dos movimentos sociais no Brasil, pudemos notar que o desenvolvimento aconteceu de forma contraditória. Durante os primeiros séculos, especialmente no XIX e início do XX, a preocupação maior era com a exclusão dos famosos ‘excluídos’ (os

pobres livres, os deserdados, os sem-direitos ao sistema legal-jurídico, os sem-terra, os sem-casa, entre outros). Já no final do século passado, a pobreza e a exclusão deixaram de ser sinônimos. A classe média, por exemplo, tão beneficiada durante a época do milagre econômico, viu, no decorrer dos anos, seu poder de consumo diminuir. Por causa disso, muitos participaram de movimentos sociais, o que não significa que eles fossem os 'excluídos' do sistema capitalista.

Um exemplo de outro tipo de grupo que não fazia parte, necessariamente, dos excluídos foi o dos estudantes do Movimento Estudantil (ME). Em 1977, o ME ressurgiu no centro das lutas pela redemocratização no país, desempenhando um papel fundamental com suas passeatas, manifestações e greves. Os estudantes lutavam pela liberdade político-social e nasceram de um meio um tanto quanto distante da realidade daqueles que viviam em favelas, por exemplo, e que não tinham nenhum acesso à educação. Nem por isso, o ME deixou de dar uma importantíssima contribuição para a história dos movimentos sociais no Brasil. Ao contrário, universitários da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, neste mesmo ano, sofreram atos de violência por parte dos órgãos policiais, quando estes feriram alunos com bombas jogadas em seus corpos. Diferentemente dos 'pobres', estes universitários tinham 'identidade', interesses comuns que ultrapassavam as questões econômicas do país.

Ao longo da história brasileira, vimos o crescimento dos movimentos sociais que continuam surgindo em meio à crise partidária e a falência da democracia representativa no país. O Estado tem presenciado, no decorrer dos anos, o crescimento da participação da sociedade civil que, por vezes, tem a iniciativa de tomar decisões de forma organizada – dentro de associações, grupos de pressão,

movimentos sociais – ou desorganizada, como na realização de protestos contra um objeto específico. Como o Estado e, por consequência a democracia burguesa e os partidos políticos brasileiros, considerando a forma em que estão organizados nos dias de hoje, não tem sido instrumento eficiente de representação popular, o povo vem sentindo a necessidade de uma ação conjunta para superar as condições de opressão, rumo à mudança ou conservação destas relações. Por isso, os movimentos sociais têm sido considerados recursos valiosos para que determinados segmentos da sociedade se mobilizem contra aqueles que não os representam de fato.

Segundo Dalmo Dallari:

“A participação em movimentos organizados pode ser, em determinadas ocasiões, o modo mais adequado e eficiente de mobilização popular em favor de certo objetivo político. O movimento tanto pode visar à defesa de situações já conquistadas, como pode ser desenvolvido para que certas metas sejam atingidas” (Dallari, 1984, p. 71).

Mas, para que os objetivos dos movimentos sociais sejam alcançados, é preciso que eles tenham projeto, ideologia e organização (como já citamos anteriormente). Neste sentido, também é importante ter criatividade, dinamismo e flexibilidade. “O trabalho de organização consiste em colaborar, concretamente, fornecendo idéias ou meios materiais, para que grupos humanos conjuguem esforços visando objetivos comuns” (Dallari, 1984, p. 53).

Diante do fiasco da democracia brasileira, a sociedade civil – atuante politicamente - se aproxima, cada vez mais, da democracia participativa. Embora não atuem diretamente na formulação de leis e nas decisões do Estado, os movimentos sociais têm sido vistos como fortes grupos de pressão, até mesmo porque eles encontraram uma grande aliada: a opinião pública. E esta tem sido uma grande arma de poder para os movimentos conquistarem seus objetivos

finais ou, pelo menos, serem ouvidos pelo Governo. Em qualquer regime político, seja democrático ou autoritário, o governante leva em consideração a opinião pública (o que não significa que farão a vontade deste mesmo povo). O que os movimentos sociais brasileiros têm procurado, então, não é derrubar o Estado, e sim conquistar direitos previstos em lei. Por isso, eles têm ‘mexido’ com os ‘brios’ dos políticos, afinal de contas, se estes quiserem se manter no poder precisam conservar uma boa imagem diante do público, do eleitor em potencial. Essa postura é o que a Psicologia Social chama de Teoria dos Papéis: representar de acordo com o grupo que atua no momento. Os papéis assumidos, perante a sociedade, vão direcionar as ações dos partidos e de seus respectivos políticos.

Por isso, todo grupo organizado tem a possibilidade de exercer alguma influência política e isso tem sido percebido pelo Estado. De acordo com Alexandre de Moraes, “a impotência e o abandono por parte dos partidos políticos (crise na democracia representativa) fazem com que os diversos grupos sociais se dirijam, direta ou indiretamente, aos governantes para exigir destes uma determinada posição política ou político-legislativa ou para opor-se a já adotada, criando-se os denominados grupos de pressão”. (MORAES, 2002, Artigo)

Com este tipo de atuação, os movimentos sociais têm garantido um dinamismo especial à democracia participativa no país. Atuando de forma diferente dos partidos políticos (que são organizações próprias de regimes democráticos ou que querem parecer democráticos), estes podem ser encontrados em todos os regimes (democratas, socialistas, totalitários), no decorrer dos tempos. Segundo Alexandre de Moraes, em qualquer processo, eles agem por meio de dupla ação: pressão direta sobre o poder político e pressão

indireta sobre a opinião pública. Esta última “é exercida sobre o público, sobre os governantes, sempre atentos à opinião pública”, pois ela condiciona o comportamento dos governantes, especialmente nos regimes de democracia pluralista.

Dentro deste contexto, não importa se os movimentos são feministas, em defesa dos homossexuais ou do meio ambiente. O que interessa é que os atuais movimentos sociais, embora surjam com maior força em períodos de crise de legitimidade do Estado (por consequência, dos partidos políticos e da democracia burguesa), querem ter seu espaço, seus direitos respeitados e denunciar que a burocracia e o autoritarismo do poder vigente estão com seus dias contados.

Referências Bibliográficas

- DALLARI, Dalmo. *O que é Participação Política*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- DUVERGER, Maurice. *Ciência Política: Teoria e Método*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- GOHN, M. G. *História dos Movimentos e Lutas Sociais*. 2ª ed. São Paulo, Loyola, 2001.
- MORAES, A. *Reforma política do Estado e democratização*. Jus Navigandi, Teresina, ano 6, n. 57, jul. 2002. (Disponível em: www.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=3022).
- SHERER-WARREN, Ilse. *Redes de Movimentos Sociais*. 2ª ed. São Paulo, Loyola, 1996.
- SILVEIRA, Ricardo. In: TOMAZI, N.. *Iniciação à Sociologia*. 2ª edição. São Paulo, Atual, 2000.
- VIANA, Nildo. *Sobre as Ciências Sociais*. Estudos. Revista da Universidade Católica de Goiás. Vol. 27, nº 04 out/dez. 2000.

Flávio Pereira Diniz é Sociólogo e Cientista Político.

Marjorie de Avelar é Jornalista e Cientista Política.

E-mail:

flavio_diniz2000@yahoo.com.br
marjorieavelar@hotmail.com

A Concepção de Indústria Cultural em Adorno e Horkheimer

Erisvaldo Souza

O espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem.

Guy Debord.

Nesse artigo, iremos apresentar a concepção de indústria cultural em Adorno e Horkheimer. Em um primeiro momento, iremos trazer a concepção destes autores acerca da indústria cultural e posteriormente discutir a validade do termo, pois esses dois autores se tornaram clássicos para a discussão sobre este tema.

Sabemos que de alguma forma o termo indústria cultural está ligado a vida de todos, seja através da música, cinema, rádio, televisão etc. Hoje vemos uma grande penetração dos meios de comunicação na vida da população em geral, por isso se torna importante o debate sobre tal assunto tanto por especialistas como pela sociedade em geral.

Começamos com alguns questionamentos sobre o assunto: qual é a origem do termo indústria cultural? Esse termo surgiu na obra *A Dialética do Esclarecimento*, publicada pela primeira vez em 1947. Perseguidos pelo regime nazista de Adolf Hitler, os principais pesquisadores do Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt – Walter Benjamin, Herbert Marcuse, Theodor Adorno, Max Horkheimer, entre outros – tiveram que deixar a Alemanha. Adorno e Horkheimer passaram a morar nos Estados Unidos, um dos principais países do capitalismo mundial, país que se mostrava bem desenvolvido em relação à Alemanha pré-fascista. Esses autores se surpreenderam com todo o aparato tecnológico encontrado naquele país, por isso fizeram

uma análise a partir do que eles encontraram: um capitalismo tecnologicamente desenvolvido, e uma indústria voltada para a fabricação e consumo de produtos de bens de consumo.

Desde o surgimento do termo indústria cultural, vem ocorrendo alguns erros de interpretação, principalmente por parte de alguns que determinam o termo somente pelo fator econômico. Podemos dizer que os autores alemães pensaram o termo não só pelo viés econômico, como também estético e ideológico.

O que eles chamaram de indústria cultural? “O cinema, o rádio, as revistas constituem um sistema”. (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 10). Os autores reconheceram também a música e a própria televisão como parte desse sistema. Assim, podemos observar o que eles chamaram de indústria cultural e como seus produtos formam um sistema e que representam os interesses da classe dominante, direcionando e adaptando seus produtos ao consumo.

É também a partir dessa obra, “*A Dialética do Esclarecimento*” que o termo cultura popular será substituído e bastante criticado, pois até o surgimento dessa obra, a cultura popular era expressa como algo que se originava das próprias massas. Nesse sentido, temos um avanço, pois o que existe de fato é uma indústria de produtos culturais, esse termo vem substituir a expressão cultura popular e caracteriza-se por induzir os consumidores

e por satisfazer os interesses dos detentores dos veículos de comunicação. Nesse sentido, torna-se importante o debate sobre a concepção de indústria cultural desses autores, pois estes trazem algo novo para a discussão sobre o tema.

A razão instrumental, a sociedade industrial do século XX e o desenvolvimento dos veículos de comunicação e questões ligadas à arte, foram objetos de estudos dos pesquisadores do Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt. Geralmente demonstravam um certo pessimismo em relação ao ser humano na sociedade capitalista, como é o caso de Adorno e Horkheimer, ao analisar o fenômeno da indústria cultural e da própria cultura de massas, ao mesmo tempo denunciavam que a técnica da indústria cultural levava apenas à padronização e a produção em série.

A violência da sociedade industrial instalou-se nos homens de uma vez por todas. Os produtos da indústria cultural podem ter a certeza de que até mesmo os distraídos vão consumi-los alertamente. Cada qual é um modelo da gigantesca maquinaria econômica que, desde o início, não dá folga a ninguém tanto no trabalho quanto no descanso, que tanto se assemelha ao trabalho. Inevitavelmente, cada manifestação da indústria cultural reproduz as pessoas tais como as modelou a indústria em seu todo (Adorno & Horkheimer, 1985, P. 119).

Uma das características da sociedade industrial no século XX é o consumo exacerbado de produtos, sejam eles, culturais ou não. De fato, existe toda uma estrutura para que todos possam receber esses produtos culturais, estrutura que é severamente criticada pelos autores, como também a generalização do consumo.

Denunciada a estrutura de poder da indústria cultural, a partir dos conceitos de ideologia e alienação utilizados por Marx, Adorno e Horkheimer irão tecer críticas a racionalidade iluminista, pois, segundo eles, o iluminismo não conseguiu libertar o homem a partir da sua racionalidade. Assim eles continuam a desenvolver a sua teoria crítica que se tornou um clássico nos estudos sobre o tema. Para alguns a concepção de Adorno e Horkheimer se trata de uma concepção: determinista, elitista e pessimista. Nesse sentido se torna importante tal discussão, para que possamos mostrar as bases e o desenvolvimento desse conceito.

A partir daí eles desenvolvem sua concepção de indústria cultural, como podemos observar: “A indústria cultural é a integração deliberada, a partir do alto dos seus consumidores” (Adorno, 1977, p. 287). A indústria cultural faz produtos adaptados ao consumo das massas em todos os seus segmentos, determina esse consumo, estruturando um sistema com o auxílio dos meios de comunicação da técnica e da concentração econômico-administrativa.

Sob o poder do monopólio, toda cultura de massas é idêntica, e seu esqueleto, a ossatura conceitual fabricada por aquele, começa a se delinear. Os interessados inclinam-se a dar uma explicação tecnológica da indústria cultural. O fato de que milhões de pessoas participam dessa indústria imporia métodos de reprodução que, por sua vez, tornam inevitável a disseminação de bens padronizados para a satisfação de necessidades iguais (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 114).

Na indústria cultural, a liberdade de criação artística é dominada pela técnica, para direcionar as atitudes dos indivíduos e subordinar a arte ao seu esquema. A imitação para ela é algo absoluto e o próprio conceito de “cultura”, segundo Adorno e Horkheimer, já está

ligado ao domínio da administração, aos parâmetros da estatística e da calculabilidade, sendo para eles uma forma de neutralizar as criações do espírito diante dos interesses da classe dominante. Os autores observam que o intuito apresentado no conceito de cultura é: “subordinar da mesma maneira todos os setores da produção espiritual a este fim único: ocupar os sentidos dos homens da saída da fábrica, à noitinha, até a chegada ao relógio do ponto, na manhã seguinte, com o selo de tarefa de que devem se ocupar durante o dia”. (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 123).

O conceito de técnica na indústria cultural só tem em comum o nome com aquele válido para as obras de arte. Este diz respeito à organização imanente da coisa, à sua lógica interna. A técnica da indústria cultural, por seu turno, na medida em que diz respeito mais à distribuição e reprodução mecânica, permanece ao mesmo tempo externa ao seu objeto. A indústria cultural tem o seu suporte ideológico no fato de que ela se exime cuidadosamente de tirar todas as conseqüências (Adorno, 1986, p. 95).

A indústria cultural estabelece seu controle sobre os consumidores através da diversão. O homem passa a ser tratado em um caráter de semelhança pela indústria cultural, sendo um mero espectador, passivo, conformado com a sua condição subalterna. “A indústria cultural realizou maldosamente o homem como ser genérico”. (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 136).

“A indústria cultural impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e decidir conscientemente”. (Adorno, 1999, p. 08). Seria a sociedade um todo homogêneo? A nosso ver não, pois nem sempre os grupos sociais recebem ou interpretam de forma

igual uma informação ou um produto cultural, como, por exemplo, a música. Alguns grupos sociais são críticos de certos produtos, não aceitam esses produtos, demonstrando que não são seres conformados, passivos e alienados como quer a indústria cultural. É nesse sentido que a indústria cultural é contraditória, pois mesmo pregando algo em seu favor ela acaba divulgando conteúdos que realizam uma crítica, como é o caso de algumas obras fílmicas, o rock de protesto (punk-rock) e o próprio rock produzido no Brasil na década de 1980, que, de alguma forma, vieram trazer uma visão crítica sobre a própria indústria cultural, mostrando que é possível criticar toda a sua estrutura, ao mesmo tempo mostrar suas contradições que sabemos que existem e divulgando uma forma de produção artística crítica.

O que a indústria cultural busca é vender seus produtos e manipular necessidades, transformando e criando desejos, que nem sempre são atendidos. Se analisarmos a sociedade a partir das diferenças culturais, podemos constatar que essas necessidades não são iguais e que tais produtos culturais são consumidos de forma diferentes em diversas regiões do mundo e até mesmo recusados. É nesse sentido que devemos buscar alternativas e lutar contra tal dominação.

Uma outra análise que nos leva a comprovar as contradições da indústria cultural é a análise da sociedade capitalista. A divisão social do trabalho e a sociedade dividida em classes sociais, são características de uma sociedade em que as classes sociais têm interesses diferentes, na qual temos de um lado a burguesia, ou seja, a classe dominante e detentora dos meios de produção (equipamentos e máquinas e o próprio trabalho humano, principal instrumento de reprodução do capital), e de outro lado, temos a classe trabalhadora ou proletária, que se encontra desprovida de qualquer

bem material esta classe social é obrigada a vender sua força de trabalho em troca de um salário para que possa sobreviver. A burguesia tem como objetivo a manutenção e reprodução do modo de produção capitalista, ou seja, visa manter a ordem vigente a partir de seu interesse de classe que é um interesse burguês.

A classe trabalhadora ou proletária, por outro lado tem como objetivo fazer uma crítica à sociedade capitalista, e seu principal objetivo é a transformação social dessas relações de exploração, derrubando os capitalistas, e buscar uma nova forma de organização social que é a autogestão dos trabalhadores suprimindo a dominação de classe.

Fica evidente que cada classe social tenta manter e defender seus interesses, pois cada classe social tem a sua forma de interpretar a sociedade em que vive, ou seja, a sua realidade, e o que fica claro também é uma certa “subjetividade” dos receptores ao receber as mensagens da indústria cultural. O trabalhador mesmo inconscientemente, tenta transformar o espaço em que vive, neste caso, fábricas, indústrias etc. Como acontece isso? Quando os trabalhadores realizam uma greve para lutar por aumento de salários e conseqüentemente diminuir a exploração e o lucro dos capitalistas. Não podemos negar que a sociedade capitalista está carregada de contradições.

A discussão do tema em questão, característica do modo de produção capitalista, é um problema complexo e que devemos discutí-lo e buscar novas formas de interpretações. Qual a validade da concepção de indústria cultural de Adorno e Horkheimer? De fato, os autores frankfurtianos servem como base teórica e ponto de partida para a análise do termo indústria cultural, pois ao denunciar toda a estrutura da indústria cultural e sua ligação direta com o modo de produção capitalista e, conseqüentemente, com a classe dominante, eles trazem avanços para o período em que viveram, pois é

com eles que se reconhece a estrutura de poder da indústria de produtos culturais, ao mesmo tempo podemos dizer que essa indústria continuou avançando, por isso alguns elementos devem ser atualizados.

O que devemos observar é que de alguma forma as técnicas de produção e novos produtos culturais apareceram e alguns se desenvolveram, como podemos atestar com a rede mundial de computadores e uma enorme quantidade de informações que recebemos todos os dias sejam em nossas residências, escola, local de trabalho etc.

Qual a contribuição dos estudos sobre o assunto após a concepção frankfurtiana? Nesse sentido, percebemos a preocupação de alguns autores em fazer uma revisão das principais teses e, ao mesmo tempo, romper com a visão pessimista e generalizante de Adorno e Horkheimer:

Em resumo, o que vemos na Sociologia da música popular pós-adorniana é uma tentativa de romper com a visão generalizante lançada pelo filósofo alemão. Neste afã, o risco é cair num certo individualismo metodológico exagerado, desconsiderando determinantes sociológicas e culturais mais amplas, na tentativa de mapear este “buraco negro” da sua vida musical: o mundo do ouvinte e suas formas de recepção e apropriação da obra (NAPOLITANO, 2002, p. 33).

Podemos dizer que uma das grandes preocupações tanto de Adorno como de Horkheimer, foi a sociedade industrial do século XX, principalmente assuntos relacionados à indústria cultural, incluindo uma série de estudos voltados principalmente para a Sociologia da arte. Como achamos possível realizar críticas à estrutura de poder da indústria cultural, entendemos que o pesquisador dessas concepções deve trabalhar no sentido de discutir e mostrar de fato suas contradições a partir do método dialético,

buscando uma arte emancipadora e livre dos ditames do capitalismo.

A partir de 1990, ano considerado um marco para o início do processo de globalização – o âmbito dos meios de comunicação vem passando por enormes transformações que correspondem, até aos mais íntimos detalhes, a movimentos ocorridos na sociedade e na política. Aqui iremos entender o fenômeno chamado de globalização como sendo uma ideologia, pois esta inverte a realidade, de acordo com os interesses dominantes. Não devemos fazer uma análise sobre o tema tentando dar um certo direcionamento para a manutenção da sociedade capitalista, ou seja, para a manutenção do poder da classe dominante. Nesse sentido estaria a concepção adorniana ultrapassada?

Todos esses novos fatores mencionados podem levar à questão sobre uma possível caducidade da crítica de Adorno e Horkheimer à indústria cultural, pois, o cenário atual parece de fato, ser muito mais complexo e multifacetado do que aquele abordado pelos filósofos nos anos quarenta, levantando a suspeita de que a crítica dos anos 40 do século XX poderia se aplicar apenas àquele contexto, não tendo mais validade para uma época em que, longe da pura e simples massificação o consumidor de entretenimento possui uma gama quase infinita de opções, podendo “personalizar o seu consumo”. (Duarte, 2002, p. 170).

Podemos dizer que tanto o capitalismo quanto seus mecanismos de produção continuaram se desenvolvendo desde o surgimento da teoria da indústria cultural e desde então novos elementos apareceram. A própria globalização das informações, pode ser considerada um novo fator, e até mesmo a questão dos direitos autorais que, na época de Adorno e Horkheimer, pagava-se somente uma

vez pela obra intelectual de um livro, hoje temos diversas outras formas de direitos autorais, sejam elas, firmados por editores e autores ou até mesmo influenciadas por fatores externos. Hoje não podemos negar que existe uma indústria de produtos culturais transnacional, na qual a técnica se mostra a base das produções culturais.

Hoje vivemos em um mundo mediado por imagens que são produzidas pelos diversos veículos de comunicação e que estão a serviço do capitalismo. Como podemos observar:

O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens. Considerado em sua totalidade, o espetáculo é ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente. Não é um suplemento do mundo real, uma decoração que lhe é acrescentada. É o âmago do irrealismo da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares – informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto de divertimentos -, o espetáculo constitui o modelo atual da vida dominante na sociedade. (Debord, 1997, p. 14).

Dentro do projeto capitalista estão o ideal de liberdade, felicidade e consumo, jargões utilizados para levar as pessoas a consumir os diversos produtos que são levados ao mercado. A partir daí, entra o papel do sistema de mídia, que acaba veiculando e inculcando seus produtos na mente de seus possíveis consumidores. Tal sistema é mediado por imagens através dos veículos de comunicação, nos quais não existem limites para o consumo, pois o “bom é consumir”.

“A cultura pode reprimir, pela força do passado, mas liberta e acena com um futuro diferente. As dimensões conservadoras e emancipatória, no campo da cultura andam de mãos dadas”. (Guareschi, 2002, p. 59). Não podemos mais dizer que, de forma geral os meios

de comunicação de massa não provocam nenhuma mudança nas opiniões, que somente ocasionam um reforço nas posições existentes, ou seja, não podemos entender somente que são veículos de comunicação que servem a classe dominante, pois sabemos que as massas podem de fato retirar formas de consciência de classe e buscar formas de emancipação, principalmente artísticas, ao mesmo tempo mostrar que a sociedade não é um todo homogêneo.

Portanto, devemos buscar novas formas de analisar e interpretar os produtos ligados à indústria cultural e os próprios veículos de comunicação que de alguma forma estão interligados, pois se trata de uma estrutura de poder extremamente organizada. Nesse sentido se torna importante fazer críticas radicais à vida cotidiana do capitalismo lutando por uma arte livre e autônoma e que possa conscientizar a população, buscando uma emancipação da classe trabalhadora que necessita se transformar em termos sociais e político.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor, W. *A Indústria Cultural*. In: COHN, Gabriel (Org). *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo, Nacional, 1977.
- _____. *A Indústria Cultural*. In: COHN, Gabriel (org). *Sociologia*. São Paulo, Ática, 1986.
- _____. *Indústria Cultural*. In: *Os Pensadores*, São Paulo, Nova Cultural, 1999.
- Adorno, Theodor, W. & Horkheimer, Max. *A Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.
- DUARTE, Rodrigo. *Teoria Crítica da Indústria Cultural*. Belo Horizonte, UFMG, 2002.
- GUARESCHI, Pedrinho. *Comunicação e Teoria Crítica*. In: GUARESCHI, Pedrinho (Org) *Comunicação e Controle Social*, Petrópolis, Vozes, 2002.
- NAPOLITANO, Marcos. *História e Música*. Belo Horizonte, Autêntica, 2002.

Erisvaldo Souza é graduado em História/UEG.

e-mail: erisvaldosouza@yahoo.com.br

A Fonte do Poder

Nildo Viana

“Em qualquer sociedade assente sobre a exploração dum classe trabalhadora por uma classe dominante, se trava uma luta permanente, cuja razão é a divisão do produto total do trabalho, ou, noutros termos, o grau de exploração”.

Anton Pannekoek

O surgimento das classes sociais ocorre simultaneamente com o aparecimento do estado. Esta simultaneidade, entretanto, não deve nos confundir. A dominação e a exploração surgem juntas mas após o seu surgimento ambas buscam se autonomizar. É através deste processo que se produz a ilusão de que o estado é a fonte do poder. Buscaremos, aqui, explicar como o estado e as classes sociais surgem simultaneamente mas que se processa uma separação entre ambos e que tal separação produz a primazia das lutas de classes sobre o estado.

A fonte do poder é a alienação do trabalho produtivo. O trabalho produtivo é aquele que produz um excedente, ou seja, um rendimento superior ao necessário para a reprodução da força de trabalho. É a existência do trabalho produtivo que possibilita a exploração. É a partir do momento em que a sociedade passa a produzir um excedente é que se torna possível a exploração. Para esta se realizar, entretanto, é necessário surgir uma classe dirigente que executa a dominação no processo de trabalho e assim se apropria do que é produzido.

A instauração da escravidão significou, simultaneamente, a criação de uma classe senhorial (composta

pelos senhores de escravos) e de uma classe de escravos e, ainda, do estado (Viana, 2005). A instauração da dominação no processo de trabalho ocorreu concomitantemente com o surgimento da dominação em todas as outras esferas da vida social. Ocorre, porém, que os primeiros senhores de escravos tinham que tomar conta não só do processo de produção como da sociedade em geral (controlar as demais classes sociais existentes, as divisões internas da classe dominante, as ameaças de invasões, etc.) e isto, juntamente com o crescimento populacional (Copans, 1988), provocou uma divisão do trabalho no interior da classe dominante. A partir deste momento a classe dominante passou a se dividir em classe senhorial (responsável pela dominação na produção) e a classe burocrática (responsável pela dominação nas outras esferas da vida social, que, quando necessário, intervém também na esfera da produção).

Isto produziu uma separação entre sociedade civil e estado, entre as classes sociais em luta na sociedade civil e o poder coletivo da classe dominante representado pelo estado que mantinha a ordem, ou seja, garantia a reprodução das relações de produção dominantes. Tal como colocou Engels:

“O estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tão pouco é ‘a realidade da idéia moral’, ou ‘a imagem e a realidade da razão’ como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição consigo mesma e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, torna-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da ‘ordem’. Este poder, nascido da sociedade, mas *posto acima dela e distanciando-se cada vez mais* é o estado” (Engels, 1988, p. 225).

Desta forma, há não só uma divisão de funções no interior da classe dominante como se realiza uma separação cada vez maior entre estado e sociedade. Esta divisão e separação proporcionaram a supremacia da classe dominante sobre a burocracia e é isto que marca a subordinação (utilizando a palavra no seu sentido marxista, ou seja, significando que há uma relação entre dois termos no qual um é dependente do outro mas não se opõe a ele, pois segue a mesma lógica de desenvolvimento, só que de forma dependente e sempre *a posteriori*, embora haja contradição nesta relação) do estado em relação à sociedade.

Esta divisão criou a supremacia da classe senhorial sobre a burocracia, sendo que esta se tornou mera classe auxiliar daquela. A razão disto se encontra no fato de que a classe senhorial ao dirigir o processo de produção detinha o controle do excedente e, por conseguinte, controlava o estado. A classe senhorial passou a ser a única classe dominante e a burocracia passou a ser sua classe auxiliar. Sem dúvida, alguns indivíduos

provenientes da classe senhorial executavam, ao mesmo tempo, a função de burocrata do estado, mas isto se trata de casos individuais e não de uma situação de classe e isto é comum em quase todos os modos de produção.

A burocracia estatal, por sua vez, se tornou uma classe social que executa trabalho improdutivo com o objetivo de reproduzir o modo de produção dominante. Em troca disso, a classe dominante, a maior beneficiada pela manutenção deste modo de produção, cede uma parte do excedente produzido pela classe produtora (e apropriado por ela) a esta classe auxiliar. Neste sentido, os rendimentos ou os meios de sobrevivência da burocracia, geralmente muito superiores ao da classe produtora, são retirados de uma parcela da exploração de classe ocorrida no processo de produção, embora a classe dominante reserve para si uma maior fatia do bolo. Em todas as sociedades, a burocracia fica com uma parte do excedente produzido pela classe produtora, mas não se trata de exploração direta, pois esta é feita pela classe dominante (que é a proprietária dos meios de produção) e sim uma “exploração indireta”. A exceção ocorre quando a burocracia é, ao mesmo tempo, a classe dominante.

Esta separação entre classe senhorial e burocracia estatal possibilitou a ilusão de que o estado é a fonte do poder. É o estado que possui a função de assegurar a permanência das relações de produção dominantes, ou seja, das relações entre a classe exploradora e explorada no processo de produção e também de todas as outras relações sociais derivadas daí, e, para que isto seja legítimo, ele possui o monopólio do uso da violência física e é apresentado como estando acima das classes sociais. Desta forma, o estado, através da repressão, entre outros meios,

busca regularizar as relações de produção e as demais relações sociais.

Tal separação se aprofunda cada vez mais com o desenvolvimento e complexificação tanto do estado quanto da sociedade. A criação de diversas instituições estatais, o desenvolvimento da sociedade civil, o surgimento de novos segmentos sociais, entre outros fatores, são formas de se ampliar a esfera estatal e também da sociedade e isto expressa a tendência de um distanciamento cada vez maior entre estado e sociedade.

Além da repressão, o estado utiliza outros artifícios (que variam dependendo do modo de produção) para manter a ordem, tal como a ideologia, o direito, a intervenção da produção e distribuição (intervenção “econômica”, diriam alguns), etc. Mas é o uso da repressão, através da violência física e de outras formas, que fornece a impressão de que o estado é a fonte do poder.

Os elementos acima citados reforçam esta impressão. Mas o que se vê é que concomitantemente com a produção de instituições estatais que produzem uma descentralização aparente do poder ocorre uma centralização do poder no aparelho de estado. O estado realiza a centralização do poder e, ao mesmo tempo, o dispersa pela sociedade. Neste sentido, o estado é, ao mesmo tempo, centralização e divisão do poder:

“o estado é o centro de uma dupla delegação de poderes, da sociedade para o estado e do estado para postos ou regiões específicas. Estes dois processos vão a par, da mesma forma que a separação dos postos. O estado é também uma divisão do trabalho político e não apenas a sua centralização” (Copans, 1988, p. 119).

O estado, ou seja, a instituição dirigida pela burocracia (estatal) visando a reprodução das relações de produção dominantes, recebe o

direito/dever de controlar a sociedade. A classe dominante aceita como sendo legítima a sua existência, pois sabe que ele representa os seus interesses. Mas como a classe explorada aceita a existência desta instituição repressora que existe para reproduzir sua exploração e alienação (expandindo esta para além da esfera da produção)?

Sem dúvida, a repressão é um dos “fatores reais do poder” (para utilizar expressão lassaliana) do estado. O estado possui os meios de repressão (armas, pessoas especializadas, tais como guerreiros, soldados, etc., cujo nome varia de acordo com o modo de produção) e sempre que é necessário, os utiliza.

Outro elemento importante para manter a ordem e impedir a destruição do estado e da exploração é a ideologia. Esta vem para justificar não só as relações de produção como também o estado. Na ideologia, este é apresentado como sendo “neutro” e acima das classes sociais. Além disso, sem o estado, afirma a ideologia, a convivência social seria impossível, pois o crime, o roubo, a guerra, etc., iriam dilacerar a sociedade. Assim, se justifica e legítima, ao mesmo tempo, o “monopólio do uso legítimo da força” (Weber, 1986). É claro que esta argumentação da dilaceração da sociedade por falta de uma instituição repressiva toma como base a sociedade existente, onde as contradições de classe e o conjunto de conflitos derivado delas, bem como a exploração e a pobreza, criam um alto índice de violência e “delinqüência” (sendo que esta é definida pelas leis da referida sociedade que busca tornar regra as relações sociais existentes, tal como se vê, no capitalismo, no chamado “direito à propriedade”, que é o direito da burguesia se manter proprietária dos meios de produção e o proletariado se manter como não-proprietário)

Em algumas sociedades, para reforçar a ideologia e legitimar o estado, surge um conjunto de regras formais chamado direito, que busca regularizar, numa série de leis, as relações sociais existentes.

Outros elementos colaboram com a permanência do estado como instituição repressora e, ao mesmo tempo, aceita pela sociedade, ou seja, “legítima”, tal como, por exemplo, o apoio da classe dominante. Porém, é a repressão e a ideologia (bem como sua difusão e popularização) que são os principais elementos que garantem a reprodução desta relação de dominação de classe chamada de estado. Em determinado modo de produção ou em certos momentos históricos deste, existe um predomínio da repressão sobre a ideologia ou o contrário. Mas apesar do predomínio de uma ou de outra, ambas coexistem. Elas não existem sem motivo. O que as tornam necessárias é a luta das classes exploradas, pois estas resistem sempre.

A fonte do poder não é o estado e sim o que lhe dá sustentação. É o modo de produção que é a fonte do poder. A dominação que a classe dominante exerce sobre o processo de produção, ou seja, sobre o processo de trabalho executado pela classe produtora, é que é a fonte do poder.

Isto ocorre pelo simples motivo de que a classe dominante ao dirigir o processo de produção controla os meios de sobrevivência disponíveis na sociedade e assim coloca todas as demais classes sociais sob sua dependência. A única classe que poderia romper com isto é a classe produtora. Esta, porém, precisaria abolir não só as relações de produção como enfrentar a oposição das classes auxiliares da classe dominante, pois é esta que lhes garante os seus privilégios, entre as quais a burocracia estatal, ou seja, o próprio estado.

Quais são as razões disto? É a produção e reprodução da vida material que garante a sobrevivência de uma sociedade. Os seres humanos precisam comer, beber, vestir, etc., e para fazer isto precisam manter uma relação com natureza mediada pelo trabalho. Os meios de sobrevivência são adquiridos no processo de trabalho. O trabalho produtivo permite a produção de um excedente que poderá fornecer os meios de sobrevivência aos não-trabalhadores.

A classe dominante controla essa produção e daí extrai mais-trabalho da classe produtora e assim consegue os meios necessários para sua sobrevivência. Ocorre, porém, que a classe dominante precisa sustentar aqueles que irão controlar o estado e reprimir a resistência das demais classes sociais. Por isso, ela sustenta a classe improdutiva que se aquartela no estado, a burocracia. Esta, portanto, existe e se reproduz graças à classe dominante.

A burocracia estatal é dependente da classe dominante e existe para servir aos interesses dela. Sem dúvida, a burocracia estatal busca se autonomizar mas não ultrapassa certos limites. É por isso que o estado possui uma *autonomia relativa*. Esta autonomia relativa lhe permite, por exemplo, reprimir indivíduos e frações da classe dominante e isto reforça a aparência de autonomia e a ilusão de que ele é a fonte de poder. Paralelamente a isto, ele se legitima e passa a ser considerado “neutro”, “imparcial”, “público”, etc.

Acontece, contudo, que esta ação contrária a indivíduos e frações da classe dominante não é realizada contra o conjunto desta classe, pois, se fosse, significaria solapar o seu próprio meio de sustentação. É por isso que existe uma unidade de interesse entre o estado e a classe dominante mesmo quando esta não o dirige diretamente. A partir disto tudo se conclui que a fonte do poder se encontra na dominação sobre o

processo de produção da vida material realizada pela classe dominante.

As teses que afirmam a existência de uma autonomia do estado e se esquecem que esta autonomia é *relativa*, possuem como principal problema a consideração de que o estado pode servir de ponto de partida para a transformação social. Toda concepção que aponta a conquista do estado como meio de transformação social (tal como o bolchevismo) é uma ideologia da burocracia, pois apenas há uma mudança no pessoal que é responsável pela direção do estado e que cumpre o papel de buscar reproduzir as relações de produção.

Na verdade, a burocracia aquartelada no estado não pode transformar o conjunto das relações sociais e muito menos as relações de produção. Para se fazer isto seria necessário o apoio de uma das duas classes fundamentais que se relacionam no processo de produção: a classe exploradora e a classe explorada. A burocracia estatal não participa das relações de produção e por isso não pode intervir diretamente nelas e desta forma a alteração das relações de produção está fora do seu controle.

Se é o modo de produção a fonte do poder, então o que adianta combater o estado? Podemos dizer que sem alterar as relações de produção de nada adianta conquistar o estado. Este não possui autonomia suficiente para alterar as relações de produção. Entretanto, nenhuma transformação social ocorrerá se se deixar intacto o poder coletivo da classe dominante, ou seja, o estado. Ele é, geralmente, o último obstáculo que todo movimento de transformação social tem que enfrentar para concretizar-se. Mas não se trata de conquistá-lo e sim de destruí-lo, se o objetivo for abolir a sociedade de classes (Marx, 1986).

O modo de produção não só é a fonte do poder como cria um conjunto de relações sociais que lhes são idênticas. Estas relações sociais são formas de regularização tanto do modo de produção quanto de si mesmas. Neste contexto, todas as formas de dominação são derivadas e idênticas à dominação de classe no processo de produção. Desta forma, o modo de produção é a determinação fundamental da totalidade ao qual chamamos sociedade.

Historicamente, a criação da burocracia estatal, como classe auxiliar da classe dominante, é marcada por contradições específicas em cada modo de produção. No capitalismo, a classe dominante, a partir de um certo estágio de desenvolvimento deste modo de produção, cede o domínio do processo de trabalho à burocracia na indústria. Assim, surge a burocracia civil. Com a expansão da divisão social do trabalho e a criação de diversas instituições privadas (principalmente ligadas à democracia representativa, tal como os partidos políticos, entre outras) e estatais há uma burocratização das relações sociais e o surgimento da *sociedade civil organizada*, que possui a função de realizar uma *mediação burocrática* entre estado e sociedade (Viana, 2003).

Em outras palavras, com a expansão da divisão social do trabalho, surge um conjunto de instituições estatais e privadas que são dominadas pela burocracia, tal como partidos, igrejas, sindicatos, hospitais, escolas, etc., instituições burocráticas privadas formam a chamada sociedade civil organizada. Neste sentido, há uma burocratização crescente das relações sociais e a burocracia, enquanto classe social, se vê reforçada. Ocorre, porém, que ela é perpassada por suas divisões internas (burocracia estatal x burocracia civil, burocracia do aparelho de estado x

burocracia das instituições estatais, etc.). independentemente disto, a visão aparente que deriva daí é que é o estado o centro do poder e que é conquistando-o que se pode realizar a transformação social.

Desta forma, o poder se reproduz no conjunto das relações sociais. O poder surge na produção e se condensa no estado. Após isto ele se espalha para o conjunto da sociedade. Todas as instituições privadas e estatais se organizam de forma burocrática, estando submetidas as relações dirigentes-dirigidos que perpassa todas as suas camadas constitutivas, isto é, todas as suas instâncias.

Contudo, o que ocorre é que é no modo de produção que se produz o excedente que sustenta a classe dominante e o conjunto de trabalhadores improdutivos, tal como os burocratas, e é daí que surge a dominação. Neste caso, o que há é uma confusão que executa uma identificação da fonte do poder com a sua reprodução.

Podemos, para esclarecer esta questão, dizer que a fonte do poder é onde o poder surge, sendo que sua origem é, ao mesmo tempo, o seu fundamento. A re-produção do poder é onde este poder fundamental é novamente produzido seguindo a mesma lógica embora com algumas

alterações devido a especificidade do local onde ocorre esta reprodução. Em suma, a fonte do poder é onde ele é produzido e a reprodução do poder é onde ele é re-produzido.

Referências Bibliográficas

- COPANS, J. *A Antropologia Política*. in: COPANS, J. e outros. *Antropologia: Ciências das Sociedades Primitivas?* Lisboa. Edições 70. 1988
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Lisboa, Presença, 1988.
- MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. São Paulo, Global, 1986.
- VIANA, N. *A Origem da Dominação*. Revista Possibilidades. Ano 01, nº 04, Abr./Jun. de 2005. in: <http://npmueg.ubbihp.com.br/pos4-viana.html>
- VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2003.
- WEBER, M. *Três Tipos de Dominação Legítima*. In: COHN, G. (org.). *Weber*. São Paulo, Ática, 1986.

Nildo Viana é Professor da UEG – Universidade Estadual de Goiás e Doutor em Sociologia/UnB.

E-mail: nildoviana@terra.com.br

Karl Korsch: Desafio ao Marxismo

Dave Renton

Os eventos da vida de Karl Korsch podem ser apresentados brevemente. Nascido na Alemanha do Norte em 1886, ele foi atraído pelas idéias do radicalismo estudantil, durante o período anterior à Primeira Guerra Mundial, que defendia a restauração da Alemanha tendo por base o liberalismo, a democracia e o respeito por outras nações. Ele era um estudante diligente, e rapidamente obteve um doutorado em Direito. Com apenas vinte anos, as idéias de Korsch se aproximaram às da esquerda e ele aderiu ao Partido Social Democrata Alemão (SPD). Contudo, o seu progresso estava lento: ele continuou se identificando com o centro ou com a ala direitista do partido. Entre 1910 e 1914, Korsch morou na Inglaterra, onde ele se uniu à ultra-moderada Sociedade Fabiana. Korsch serviu ao exército, pegou em armas, foi promovido, e foi radicalizado novamente pela guerra. Ele se aliou ao Partido Social Democrata Independente (USPD). Ele atentou-se para o controle da indústria pelos conselhos de trabalhadores; e ainda que esta idéia não tenha sido desenvolvida completamente, e não tenha se tornado o coração de sua política, tal como foi para Gramsci neste momento, e outros mais tarde. Com os acontecimentos que dividiram o USPD, Korsch seguiu uma minoria dos seus camaradas e aderiu ao Partido Comunista Alemão (KPD) em 1920. Talentoso, uma figura articulada, numa época em que tais homens eram raros, ele foi elevado rapidamente aos principais círculos do partido. Em 1923, ele se tornou o ministro de justiça para o parlamento regional na Turíngia. Foi eleito ao parlamento alemão. Participou na tentativa de revolução em

outubro de 1923, que fracassou por falta de liderança ou qualquer tipo de plano.

Durante a maior parte do resto de sua vida, o movimento operário alemão estava em refluxo, e a carreira de Korsch reflete o mesmo senso de isolamento de qualquer movimento de massa. O KPD trocou brevemente de lado, indo à esquerda, depois à direita, e então rachou novamente, expulsando seus líderes prévios em cada fase. Em 1924, o primeiro livro significativo de Korsch, *Marxismo e Filosofia*, foi criticado pela liderança da Internacional Comunista. Korsch tentou reunir uma oposição comunista internacional, buscando se unir à Esquerda Comunista Italiana, de Amadeo Bordiga. Ele foi expulso do Partido Comunista em 1926, e perdeu o seu assento no Parlamento alemão dois anos depois. Ele tentou influenciar o movimento comunista com figuras proeminentes que eram de sua amizade na esquerda internacional, inclusive Bertold Brecht. Ele continuou escrevendo ensaios para as revistas da esquerda estrangeira (*Council Correspondence*, *Partisan Review*, *Modern Quarterly*, *New Essays* e *Living Marxism*) e uma biografia de Karl Marx em 1938. Korsch continuou publicando até os anos cinquenta, mas o seu trabalho sofre de seu sentimento evidente de frustração. O mundo estava sendo dividido em alianças políticas pela Guerra Fria, e Korsch viu pequeno espaço no qual qualquer esquerda autêntica poderia florescer. Ele morreu em 1961.

Este resumo faz pouca justiça à gama das atividades de Korsch, e principalmente para a originalidade das suas idéias. Karl Korsch enfrentou os

mesmos dilemas que afligiram a esquerda desde então, e ele tentou, tão honestamente quanto pôde, traçar um caminho para o renascimento do socialismo libertário. Se nós aceitamos ou não as suas respostas, pois, independentemente disto, elas nos encorajam a pensar em forças que permanecem muito freqüentemente ainda hoje.

Nos anos vinte, por exemplo, Korsch tentou entender o que tinha conduzido à sua expulsão do Partido Comunista. Justamente, ele diagnosticou o problema como algo mais que um fracasso de justiça no seu próprio caso isolado. Ele descobriu uma falta de espírito independente, uma subserviência muito forte em relação a uma liderança designada por Moscou. Realmente, Korsch foi mais adiante e insistiu que o problema estava na concepção leninista de organização que os comunistas alemães tinham herdado de Moscou. Ele viu forte paralelo entre o leninismo com o marxismo não-revolucionário dos socialistas alemães do pré-1914. O centralismo democrático teve a tendência, segundo Korsch, de sempre sujeitar as massas às decisões do líder.

No final dos anos vinte e início dos anos trinta, Korsch identificou o stalinismo, ou capitalismo estatal, como a fonte do problema. Em um artigo descreveu a filosofia administrativa da União soviética como “uma mera justificação ideológica disso que, em sua tendência atual, está presente em um estado capitalista e assim, ele é inevitavelmente, um estado baseado na supressão do movimento revolucionário progressista da classe proletária”. Se a classe governante russa estivesse oprimindo seus trabalhadores em casa, como poderia ter um papel progressista no estrangeiro? Korsch era crítico de outras figuras na esquerda, como Leon Trotsky, que defendeu a tese de que a União soviética pudesse ser salva por um

processo de reforma sem revolução. Em contraste com tais escritores, Korsch manteve a posição de que a contra-revolução stalinista foi mantida por um processo global de anti-socialismo, arraigado na hegemonia da indústria pesada. Da mesma forma que o século 19 resultou em capitalismo, a acumulação de capital e a formação de empresas gigantescas no século 20 resultaram em novas oligarquias, baseadas na reação extremista e anti-classe operária.

A ascensão dos nazistas de Hitler ao poder forçou Korsch ao exílio. Também desafiou o seu entendimento sobre as crises. No princípio, Korsch considerou que o nazismo teria origem semelhante ao fascismo, reformismo e stalinismo. O argumento dele era então o de que o capitalismo tinha entrado em um período de crise. Em numa tal situação, a classe operária poderia entrar na ofensiva, ou em refluxo. Na metade dos anos 20, a direção apontava para a derrota em todos lugares. Em uma época de contra-revolução, não importava realmente qual forma de reação triunfava, contanto que seu domínio fosse reconhecido por socialistas como uma derrota. Em uma tal situação, defendeu Korsch, a democracia burguesa pôde da mesma maneira que o fascismo voltar. O resultado, como ele descreveu, era um mundo no qual fascismo se tornou a norma: “a lei histórica subjacente, a lei da contra-revolução fascista, completamente desenvolvida em nosso tempo, pode ser formulada da seguinte maneira: depois do esgotamento completo e derrota das forças revolucionárias, a contra-revolução fascista tenta cumprir, através de métodos novos e revolucionários e em formas extensamente diferentes, essas tarefas sociais e políticas que as frações denominadas reformistas tinham prometido alcançar mas que já não puderam ter sucesso sob determinadas condições históricas”.

No exílio, Karl Korsch revisou sua concepção de fascismo. Ele percebeu

posteriormente que o fascismo não era apenas mais uma força reacionária visando esmagar os trabalhadores, mas também um movimento de massa que por causa de sua máscara de organização pseudo-revolucionária pôde recrutar grandes quantidades de trabalhadores comuns e usar a energia deles de forma inesperada. Revendo suas posições anteriores, ele passou a aceitar que o fascismo teve apoio popular: “alimentando nos fracassos e omissões dos políticos, associou o apoio da nação no final das contas e em ambos os campos econômicos e políticos resolveram vários problemas concretos que tinham sido negligenciado ou frustrado pelas atitudes de anti-socialista dos socialistas e o comportamento antidemocrático dos democratas”.

Em outro lugar, Korsch insistiu na contradição entre o que o fascismo promete e os resultados de governo que promove. O “nazismo apresenta o espetáculo de uma ação revolucionária ruidosamente anunciada que ao mesmo tempo tenta controlar e reduzir a um mínimo, os resultados inevitáveis de seus próprios esforços subversivos”. Esta perspicácia significou que o fascismo pode ser tratado como um todo, único, mas contraditório. A ênfase nas tensões no interior do fascismo permitiu a outros marxistas discutir a possibilidade de barrar o fascismo, mas somente se o movimento socialista se unisse em sua totalidade contra ele. Ainda no caso de Korsch, este avanço teórico só foi alcançado depois que seu autor perdeu o contato com qualquer movimento de massa. Korsch estava agora correto nos seus diagnósticos abstratos, mas não pôde formular nenhuma sugestão ativa sobre o que deveria ser feito de fato.

A contribuição prática mais importante de Karl Korsch era questionar o marxismo do início do século 20 (ou implicitamente qualquer movimento de luta da classe operária) que possuiu apenas um caráter

negativo. Por isto ele quis dizer que era absurdo usar as ferramentas históricas e intelectuais de tradição de esquerda para qualquer propósito diferente da revolução futura. A idéia de uma historiografia socialista, uma teoria marxista das artes, ou realmente uma teoria anarquista da evolução parecia a ele como igualmente absurdo. A única razão legítima por estar interessado na esquerda era encorajar luta da classe operária com a meta de insurreição imediatamente efetiva. Tal idéia foi encorajada nele pela condição dos socialistas alemães antes de 1914: quando o partido foi capturado por líderes intelectuais que eram instruídos e simpatizantes mas que não possuíam nenhuma perspectiva revolucionária. A desconfiança de Korsch em relação aos intelectuais foi fortalecida pelos eventos dos anos trinta. Escritores proeminentes declararam o apoio deles à União soviética, e para toda causa popular menos para uma real mudança. Korsch ficou enfurecido.

Ainda a rejeição de Korsch do marxismo literário acadêmico sofreu defeitos semelhantes a esses que criticou. Mantendo a tese de que a revolução sempre era possível, sempre iminente, lhe faltou qualquer senso real dos avanços e recuos do movimento dos trabalhadores. Esta falta de perspicácia o privou de qualquer senso das tarefas imediatas que poderia empurrar a organização para frente, localmente ou nacionalmente. Nosso crítico brilhante da inatividade socialista estava sendo, desta forma, um ativista surpreendentemente pobre. Ele raramente escreveu sobre movimentos populares. Ele se interessou por perguntas sobre táticas ou organização. A educação de classe média de Korsch o isolou do movimento dos trabalhadores. Ele estava marcado pelo desprezo pelo reformismo e pelo envolvimento nas campanhas mais fáceis pela paz ou contra fascismo. Ele estava isolado devido aos eventos da ascensão do

stalinismo alemão dos partidos de esquerda. Não havia para ele nenhuma parte para ir, exceto publicar de livros. O Marxismo de Korsch se tornou uma revolução contra o mundo.

Ainda a tarefa que Korsch se estabeleceu, levar adiante as idéias da democracia revolucionária durante uma época de não-revolucionária, era um trabalho valente e necessário. Frequentemente, ao longo de história, indivíduos solitários levaram adiante as idéias da esquerda revolucionária. Elas são ocultadas, mas também são redescobertas. As idéias revolucionárias florescem quando a luta clareia a situação. Isto ocorreu na Espanha em 1936, na Europa depois das 1968, e no mundo inteiro após os eventos de Seattle em 1999. A fonte do isolamento de Korsch era precisamente a recusa dele em chegar a um acordo, e é esta firmeza que faz com que suas idéias ressurgam sempre que se desencadeia um desejo de uma real mudança.

Tradução de Nildo Viana.

Nota: Este texto foi produzido especialmente para a Revista Possibilidades por Dave Renton.

Dave Renton: autor de diversos livros sobre fascismo, marxismo, entre os quais *Marxismo Clássico*; *Marxismo Dissidente*; *Marx e a Globalização*; *Fascismo Britânico*; *O Movimento Operário e o Estado*; *O Partido Comunista da Grã-Bretanha nos anos 20*; *Trotsky*; *Fascismo: Teoria e Prática*.

Notas Sobre Antonio Labriola

e sua Importância para a Teoria e História do Marxismo

Karl Korsch

A importância de Labriola¹ não consiste somente em ser o melhor intérprete do método marxista, particularmente de seus fundamentos metodológicos e filosóficos, e ser ao mesmo tempo um hegeliano radical. Há outras duas razões pelas quais ele é importante: Labriola se coloca em um ponto histórico fundamental. Em certo sentido é o último marxista ortodoxo verdadeiro. Depois de seus escritos de 1895-97 não só se produz, na Itália e na França, o ataque ao sindicalismo revolucionário, mas ao mesmo tempo, na Alemanha e a nível internacional, o ataque dos chamados revisionistas. Labriola, que não tem nada em comum com estas “novidades”, às quais subjetivamente recusará e combaterá asperamente, representa, indubitavelmente, para algumas orientações, uma passagem inclusive teórica até elas. A introdução de Sorel (1897) aos *Ensaio Sobre a Conceção Materialista da História* e as cartas de *Socialismo e Filosofia* (1899), representam este vínculo histórico do desenvolvimento do marxismo em forma plástica, drástica, irônica e quase trágica. Veja-se a respeito o pós-escrito de 10 de setembro de 1898 e o final da edição francesa com a inventiva de Sorel, por um lado, e, por outro, o elogio de Bernstein e seu artigo na *Die Neue Zeit* contra o “utopismo latente” entre os marxistas, na carta de 15 de setembro de 1897, e a correção desse elogio na edição francesa com a simultânea luta contra a utilização

da crítica bernsteiniana por parte dos *colporteurs de la crise du marxisme*².

A importância de Labriola para o desenvolvimento do marxismo no Ocidente é uma contrapartida extraordinária da importância de Plekhânov para o desenvolvimento do marxismo no Oriente. A social-democracia alemã, com sua ideologia ortodoxa, kautskiana, toma parte em ambos os desenvolvimentos; na primeira década do século 20, sem dúvida, tem uma marcada preferência pelo segundo. Essa aproximação de Kautsky à Rússia não representa – como diz a lenda – o ponto mais alto de seu processo revolucionário, proletário. Pelo contrário, significa a aproximação ao Oriente atrasado com seu conteúdo revolucionário, porém burguês, uma fuga do desenvolvimento ocidental, das exigências práticas e teóricas da revolução do proletariado industrial. Tudo isso apesar de que na Itália e na França não havia ainda um processo pleno e puramente proletário. A ortodoxia de Labriola, e todo o desenvolvimento da teoria marxista vinculado com ele, que ainda tem influência entre os italianos, se explicam em parte pela revolução burguesa entretanto não realizada em Itália. Apesar disso, o resultado do conjunto de uma aproximação ocidental da ortodoxia alemã havia sido um desenvolvimento mais proletário da teoria e da práxis da II Internacional (ou bem havia podido expressar esse desenvolvimento). A teoria, em grande parte marxista, do sindicalismo

¹ Antônio Labriola (1843-1904), marxista italiano, autor de *Ensaio sobre a Conceção Materialista da História*. (Nota do Tradutor).

² “Boateiros da crise do marxismo”, em francês, no original (Nota do Tradutor).

revolucionário que acabava de formar-se nos países latinos foi “recebida” até o final da primeira década e nos anos anteriores à guerra por ele como ideologia, exatamente igual ao que havia ocorrido com o “marxismo” e o movimento revolucionário na Alemanha, Áustria e Hungria, Rússia e os Bálcãs, em período anterior. Os escritos de Labriola têm também outro significado, ou melhor, atualidade, a partir do momento em que devemos considerar hoje a “crise do marxismo”, então negada pelos marxistas, não somente como precursora da grande crise de 1914 e anos seguintes, mas precisamente como o período em que se jogou a partida decisiva. Se se analisa

hoje a crise de então, em suas manifestações, condições e efeitos teóricos e práticos, é possível explicar também muitas características do movimento atual, que os acontecimentos concretos do momento, por si sós, não aparecem de forma clara.

Tradução: Nildo Viana.

Nota: Este texto foi publicado originalmente na *Revista Pesquisa & Práxis*. NPM - Núcleo de Pesquisa Marxista/UEG.. Ano 01, num. 01. jul./dez. 2003.

Karl Korsch (1886-1961), filósofo, representante do chamado “marxismo ocidental” e do “comunismo de conselhos”, autor de *Marxismo e Filosofia* (1923) ; *Karl Marx* (1938), entre outros livros.

Exemplo

Diego Mendonça

Afirmação da verdade através do exemplo
É essa a política do espetáculo
O exemplo silencia e dissimula propósitos de razão
Remexe e efetiva a mais eficiente chama da dominação
O medo
E Ludovico entende muito bem seu papel na peça
O menino que sonha
Sem controle, sem limites
Sem contornos e sem contenção
É a preparação total para a consagração do exemplo
Nem mesmo consegue perceber sensitivamente o ambiente onde se encontra
Mas já sabe que está encerrado e sob tutela
Constante
Como lá fora, como de praxe
Mas agora o impedimento é acima de tudo físico
O trânsito em círculos em um ambiente quadrado
Ludovico amaldiçoa seus sádicos algozes
Que se deleitam de poder e intocabilidade
Não há como existir clausura para todos
A não ser velada por um confortável sentimento de desprendimento
E perplexidade perante um entorpecido discurso de liberdade
Todos amam o sofisticado embaraço com o conforto
E acariciam suas lindas coleiras cheias de diamantes
E recobertas de material macio
Ludovico se contorce de desespero
Por ser levado a legitimar involuntariamente este absurdo

Em entender como se deixou influenciar com o que mais existe de asqueroso
O mundo e as relações não passam de gigantescas e complexas
Demonstrações de espetáculo
Tudo advém de uma política torpe de aceitação
E reformulação do existente
E chegou o ato
Sua entrada no palco principal
É sua vez
O suporte básico
A retribuição involuntária
Sua ingenuidade deve cair por terra
O todo o encontrou
Entre um seletto grupo de zumbis
É o momento da exposição pública
E da metamorfose numérica e métrica
Afinal, se aprende com o contraste
O impossível e inimaginável em detrimento do desejável
O Estado ampara seus monstros dirigentes
Com risos e espasmos de prazer indescritível
O exemplo
Mais um
Cíclico e necessário
Ludovico senta no canto da cela
E sorri ante um delicioso e recorrente pensamento -
Não se trancafia quem já flertou com a liberdade...

A Saga de Ludovico continua no próximo número...

A pedido do autor este texto não exige copyright e sim copyleft, isto é, é livre a reprodução desde que citada a fonte.

E-mail: die-go@riseup.net